

EM TEMPO:

Quinzenário nacional • Ano VI • n.º 146 • De 25/3 a 7/4 de 82 — Cr\$ 70,00

18 ANOS DE DITADURA

O passado, o presente e o futuro do regime, por Florestan Fernandes
(págs. 4 e 5)



São Bernardo

Após meses de preparação, permeados por várias greves nas fábricas, a campanha chega ao momento decisivo.

pág. 13

GREVE CONTRA MALUF



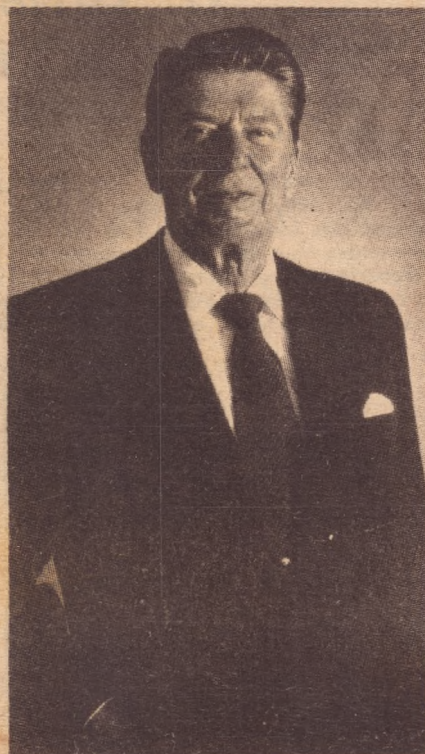
Humilhados por anos de arrocho salarial, aprofundado até o limite durante o governo Maluf, os funcionários de São Paulo vão à greve por um reajuste de 140%. Nas ruas, nas escolas, nos hospitais, a greve se alimenta do ódio do povo contra Maluf.

pág. 12

Provocação na América Central

A CIA organiza tropas mercenárias, através de Honduras, para levar o conflito armado à Nicarágua e justificar uma invasão. A revolução se defende pela força das armas.

(págs. 8 e 9)



Palavra de mulher

Uma tese acadêmica, um livro de poesias e um depoimento de vida: Rosalina Santa Cruz, Léa de Oliveira e Maria Moraes falam, em seus livros recentemente lançados, do feminismo, e do mundo como a mulher o vê.

(pág. 15)

Governo dos Trabalhadores

A medida em que se aprofunda a crise da ditadura, torna-se mais vivo o debate sobre que bandeiras os socialistas devem agitar no correr da luta por um novo poder. Aqui, um apanhado da história da palavra de ordem *Governo dos trabalhadores* no movimento operário internacional e o seu significado hoje no Brasil.

Por João Machado

A palavra de ordem "governo dos trabalhadores", tal como é empregada hoje no Brasil, é uma versão da antiga palavra de ordem do movimento operário do "governo operário" ou "governo operário e camponês". A fórmula "governo operário e camponês" apareceu pela primeira vez em 1917, na agitação dos bolcheviques. Naquela altura, representava apenas uma denominação popular para o conceito marxista de "ditadura do proletariado", isto é, de um Estado operário, um Estado organizado de tal modo que o poder seja exercido pelas massas trabalhadoras, e não pela burguesia e por seus representantes, como acontece sempre nos Estados capitalistas.

A inclusão das palavras "e camponês" na Rússia de 1917 correspondia à necessidade de enfatizar que a ditadura do proletariado, o poder dos trabalhadores, só podia ser exercido no quadro de uma aliança do proletariado e dos camponeses (amplamente majoritários na Rússia). Na verdade, de qualquer maneira, a ditadura do proletariado supõe a exclusão da burguesia e o exercício do poder pela classe operária em aliança com as massas trabalhadoras da cidade e do campo.

A utilização da palavra de ordem de "governo operário e camponês" atendia na Rússia à necessidade de mostrar aos trabalhadores que a revolução não poderia ir à frente enquanto houvesse governos de coalizão com a burguesia, com os diversos governos com a participação dos cadetes (partido da burguesia liberal russa) e de partidos que se reivindicavam do movimento operário e camponês (os socialistas revolucionários e os mencheviques). Além de ajudar a educar os trabalhadores sobre a necessidade do exercício direto do poder, os bolcheviques contribuíram para desacreditar diante das massas os mencheviques e os socialistas revolucionários que se obstinavam em continuar amarrados à burguesia.

A posição do IV Congresso da III Internacional

No IV Congresso da III Internacional, em 1922 (o último congresso realizado com a participação de Lênin), a resolução principal aprovada (sobre a tática da Internacional Comunista) tem toda uma parte sobre esta palavra de ordem, que introduz alguns avanços na maneira de compreendê-la.

"O governo operário (eventualmente o governo operário e camponês) deverá ser empregado em todas as partes como uma palavra de ordem de propaganda geral. Porém como palavra de ordem de política atual, o governo operário adquire uma maior importância nos países onde a situação da sociedade burguesa é particularmente insegura, onde a correlação de forças entre os partidos operários e a burguesia coloca a solução do problema do governo operário na ordem do dia como uma necessidade política".

Os partidos da II Internacional (isto é, os reformistas) "tratam de 'salvar' a situação nestes países pregando e efetivando a coalizão dos burgueses e dos social-democratas. (...) A coalizão aberta ou disfarçada da burguesia e da social-democracia, os comunistas opõem a

frente única de todos os operários e a coalizão política e econômica de todos os partidos operários contra o poder burguês para a derrota definitiva deste último".

Portanto, trata-se da mesma tática utilizada em 1917 na Rússia. No entanto, esta resolução esclarece que podem existir governos operários (ou operários e camponeses) distintos da ditadura do proletariado (que já é um novo Estado):

Estes governos "não são a ditadura do proletariado, nem constituem uma forma de transição necessária para a ditadura, mas podem ser um ponto de partida para a conquista desta ditadura". Assim, além de uma forma pedagógica de falar da ditadura do proletariado, os governos operários (ou operários e camponeses) podem existir como um ponto de partida". A resolução esclarece o que seriam estes governos:

"O programa mais elementar de um governo operário deve consistir em armar o proletariado, em desarmar as organizações burguesas contra-revolucionárias, em instaurar o controle da produção, em fazer cair sobre os ricos o maior peso dos impostos e em destruir a resistência da burguesia contra-revolucionária.

Um governo deste tipo só é possível se surge da luta de massas, se se apóia em organismos operários aptos para o combate e criados pelos mais vastos setores das massas operárias oprimidas".

O governo da Nicarágua como exemplo atual

No Programa de Transição, adotado em 1938 na Conferência de Fundação da IV Internacional, o "governo operário e camponês", entendido da maneira resumida acima, é colocado como a palavra de ordem central:

"Cada uma das nossas reivindicações transitórias deve conduzir sempre à mesma conclusão política: os operários devem romper com todos os partidos tradicionais da burguesia para estabelecer, em comum com os camponeses, seu próprio poder" (...) É necessário a cada nova etapa "lançar as palavras de ordem que impulsionem a tendência dos operários a uma política independente, aprofundando o caráter de classe desta política, destruindo as ilusões reformistas e pacifistas, reforçando a união da vanguarda com as massas e preparando a tomada revolucionária do poder".

Podemos chamar de "governo dos trabalhadores", assim, a um governo nascido da mobilização revolucionária dos trabalhadores e apoiado sobre ela, orientado na prática para a destruição do Estado da burguesia, um "curto episódio em direção à ditadura do proletariado", como diz o Programa de Transição. Um critério decisivo é o da substituição das forças armadas da burguesia por milícias populares e forças armadas controladas pelos trabalhadores.

É neste sentido que podemos dizer que hoje, na Nicarágua, existe um "governo dos trabalhadores", ou um "governo operário e camponês": o poder político é exercido pelos sandinistas e pelas organizações de massas, o poder militar está igualmente com as forças revolucionárias. A burguesia ainda não foi expropriada, e ainda mantém uma parcela considerável do poder econômico (além de se apoiar diretamente no imperialismo). Ainda não se trata de um Estado operário, mas sim de um governo dos trabalhadores que luta contra este Estado, que defende o poder político das massas, que a cada momento reafirma sua independência face à burguesia.

O governo dos trabalhadores no Brasil

No Brasil, a palavra de ordem de "governo dos trabalhadores" tem o sentido de "palavra de ordem de propaganda geral", que expressa a necessidade de os trabalhadores se orientarem para a tomada revolucionária do poder, e a recusa a apoiar qualquer governo da burguesia, mesmo liberal. É a maneira de dar coerência à política de reforçar a independência política dos trabalhadores, é o eixo estratégico básico de uma política operária. Mantém também o caráter de contraposição e denúncia da política dos reformistas (PCB, PCdoB, MR-8, entre outros grupos) que defendem um governo de coalizão dos trabalhadores com a burguesia liberal, sob a direção desta última, ou simplesmente o apoio à burguesia liberal.

O PT é o único partido no Brasil que se orienta na direção do "governo dos trabalhadores". No entanto, um governo do PT, nascido de uma vitória eleitoral, não seria ainda um verdadeiro governo dos trabalhadores. A permanência do Estado burguês, com todas as suas instituições controlando o governo, inclusive com seu aparelho de repressão intacto, não permitiria o exercício do poder pelos trabalhadores.

Mas nem por isso um governo do PT nascido de uma vitória eleitoral perderia o seu valor: ele pode ser uma maneira poderosa de impulsionar a organização e a mobilização das massas, de tal modo que os trabalhadores destruam o poder da burguesia (e em primeiro lugar, o seu aparelho militar e repressivo) e possam assim exercer efetivamente o poder.

Se falamos hoje em "governo dos trabalhadores" não é para dizer que basta o PT ganhar as eleições para termos um tal governo, mas sim porque esta é a nossa orientação fundamental: a conquista do poder pelos trabalhadores, para poderem transformar radicalmente a sociedade.



O "Governo dos Trabalhadores" e a Constituinte

O nível de organização e mobilização já atingido pelos trabalhadores no Brasil hoje, o grau já atingido pela crise da dominação burguesa, não nos permitem dizer que está já na ordem do dia a substituição da ditadura por um governo dos trabalhadores. Esta não é uma alternativa *hoje* para a ditadura; não é possível conchamar *hoje* a uma insurreição das massas contra o poder da burguesia.

A existência da ditadura, em uma situação

onde os trabalhadores ainda não lutam diretamente pelo poder, torna necessária, como palavra de ordem imediata, como alternativa do poder da ditadura, a *Assembléia Constituinte, Soberana e Democrática*, que globaliza as reivindicações democráticas (e o enfrentamento com a ditadura). É uma palavra de ordem *tática*, que coexiste com a nossa palavra de ordem *estratégica* de *Governo dos Trabalhadores*.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.589 0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

IMPRESSÃO: Cia Editora Iorubás, Rua Gastão da Cunha, 49 - 531-8000 - São Paulo SP.



Liberdade para Lula e seus companheiros
No dia 16 de abril próximo será julgada a apelação feita por Luís Inácio da Silva e seus companheiros metalúrgicos do ABC contra a sentença da 2ª Auditoria Militar de São Paulo que os condenou a penas de dois a três anos e meio de reclusão.

Complacente, patético, provocante Figueiredo estende a mão...

A "mão estendida de Figueiredo", a conciliação, é sem dúvida o tema principal da campanha do governo para as eleições de 82. Definitivamente perdida a mística da eficiência econômica que marcou a propaganda do governo Médici, esgotados e frustrados os recursos dos anúncios retumbantes dos grandes projetos de reforma social que marcaram a mensagem do governo Geisel, restou à demagogia de Figueiredo o apelo a que a oposição... não lhe faça oposição de fato.

Variam os tons, mas o conteúdo é o mesmo. Na mensagem enviada ao Congresso no reinício de suas sessões, a voz de Figueiredo soa plena de complacência: "embora não haja encontrado da parte dos adversários, a resposta que me era lícito esperar, não hesito em renovar agora esse gesto, quando menos, para que se processe em nosso quadro político o desarmamento dos espíritos". Patética, em um discurso em Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul: "Se elas (as mãos) estavam vazias (sic), o coração estava cheio de esperanças no patriotismo e na limpeza moral daqueles que eu chamava". Provocante, em um comício em Curitiba: "...O povo, mais lúcido e menos prevenido que



meus detratores, me estenderá a mão que estão me recusando".

Ao mesmo tempo, o tema do revanchismo voltava à baila em declarações razoavelmente sincronizadas dos três ministros militares. Enquanto Délio Jardim de Matos, da Aeronáutica, afirmava que "depois de uma anistia que representou o perdão, o perdão tem que ser mútuo", o ministro da Marinha aconselhava: "aqueles que sofreram, com ou sem razão, esqueçam".

Tantos apelos acabaram repercutindo, como era de se esperar, no PMDB. Em um

episódio cujas responsabilidades e tramas não estão de todo esclarecidas, quatro senadores do PMDB (Orestes Quércia, Tancredo Neves, Franco Montoro e Lásaro Barbosa) faltaram a uma sessão que aprovou o nome do fascista Alfredo Buzaid para o Supremo Tribunal Federal. A indicação tinha provocado os mais vivos protestos em todo o país, particularmente da Ordem dos Advogados do Brasil, por causa da atuação truculenta e obscurantista de Buzaid à frente do ministério da Justiça no governo Médici. E alguns dias após, o senador do PMDB e candidato ao governo do Paraná, José Richa, propôs que o partido procurasse evitar radicalismos durante a campanha eleitoral. A proposta do senador acabou encontrando eco nas principais candidaturas do PMDB, aos governos estaduais, em enquete feita pela grande imprensa.

E, com certeza, será aí, na atitude diante da "mão estendida de Figueiredo" que passarão os eixos de diferenciação das campanhas dos diferentes partidos.

O apelo à conciliação é o principal trunfo do governo para a campanha de 1982. E a atitude diante dele marcará a diferença entre os partidos.

Mais um pacote eleitoral

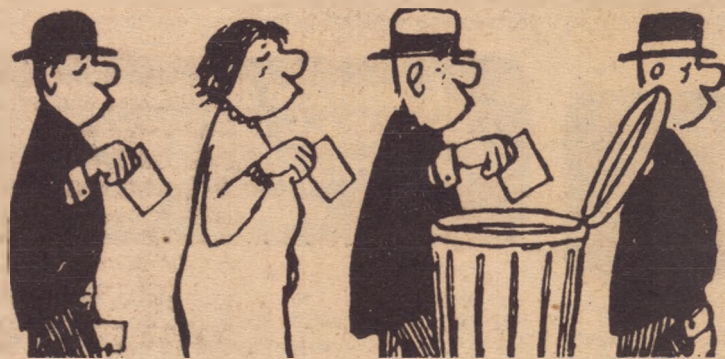
Novo golpe na oposição

A extinção do voto de legenda atinge principalmente o PT e contribui para despolitizar as eleições, retirando a ênfase dos partidos para os candidatos

Com o anúncio da extinção da validade do voto de legenda e a reabertura dos prazos de filiação partidária para os descontentes com a incorporação do PP ao PMDB, tivemos mais um capítulo do festival de pacotes eleitorais que assola o país. E não há nenhuma garantia de que seja o último antes de novembro de 1982. Muito pelo contrário.

O projeto recém enviado pelo governo com o prazo de 40 dias para ser apreciado pelo Congresso (o que significa que se não o for, será aprovado por decurso de prazo) afirma, em primeiro lugar, que "se o eleitor escrever apenas a sigla partidária, não indicando o candidato de sua preferência" terá o seu voto anulado. A alteração tem uma motivação clara na medida em que, tanto nas eleições de 74 como na de 78, uma avalanche de votos ocorreu para a única legenda oposicionista elevando em muito os candidatos eleitos pelo então MDB.

Pelo desgaste da ditadura, que só se aprofundou desde então, era de esperar que os votos na legenda com um conteúdo mar-



cado de oposição fossem mais numerosos ainda nas eleições de 82. Para qual sigla acorreriam em maior medida? "Aquele 1,5 milhões de votos dados nas eleições de 1978 iriam para o PT no próximo pleito", é a opinião do deputado Fernando Lira do PMDB. Com uma mensagem oposicionista mais carregada e diferenciada do conjunto dos outros partidos oposicionistas, com um método de campanha que pretende ressaltar a novidade que constitui o partido, o PT seria, sem dúvida, o grande beneficiado pelo voto na legenda em 1982.

Os estragos da proposta do governo, porém, não se restringem a isso. "O que o governo

pretende é que os partidos se tornem insignificantes para os eleitores", identificou Lula com razão. Com a extinção do voto na legenda, enfatiza-se o candidato ao invés do partido, contribuindo-se assim para dissolver as diferenças das propostas programáticas em disputa.

Já o casuismo contido na reabertura do prazo de filiação para agosto, garantindo-se aos reopiantes o direito de candidatura para 82, tem um endereço certo: o PMDB, ou melhor, a fluidez do PMDB. Através de pressões e corrupção, o governo pretende tirar proveito da estrutura gelatinosa do PMDB para aliciar candidatos.

Editorial São 18 anos de ditadura militar

No próximo dia 1º de abril, a ditadura brasileira completa dezoito anos. Dezoito anos, e a ditadura ainda não acabou!

A continuação da ditadura, apesar de qualquer "abertura", está bem clara. É ela que impede a apuração de responsabilidades e a punição dos culpados em um atentado terrorista como o do Rio-Centro, enquanto Lula e muitos outros líderes sindicais ou dirigentes do PT são enquadrados na Lei de Segurança Nacional por fazerem oposição e defenderem os trabalhadores.

É a continuação da ditadura que torna possível o supremo desrespeito de Figueiredo e do regime em geral às eleições, fazendo pacotes e pacotinhos, recolhendo todas as sugestões que possam ajudar o PDS a ganhar (como foi cinicamente reconhecido na mensagem que enviou ao Congresso o último pacote). Figueiredo consegue que os seus projetos sejam aprovados tal qual no Congresso, mas não por seu poder de convencimento, seu carisma, sua autoridade moral (?) ou qualquer outra coisa ao estilo. Pelo contrário, quando deixou ao Congresso alguma liberdade, foi derrotado no projeto das sublegendas para governador, foi obrigado a fazer um acordo quanto à Previdência (que depois rompeu, é claro).

E a continuidade da ditadura que fornece as bases para que o capitalismo brasileiro se reproduza através da super-exploração da classe trabalhadora. É ela ainda que, neste momento de crise aguda, permite uma política econômica que gera e aprofunda o desemprego, a inflação.

Como uma ditadura tão odiada e desmoralizada consegue completar 18 anos?

A razão fundamental é sem dúvida que os liberais burgueses ainda têm a hegemonia dentro da "oposição": apesar de todos os avanços, os trabalhadores, até agora, tomaram poucas iniciativas no terreno político, até agora não dirigiram um combate centralizado contra a ditadura.

Se os liberais burgueses ocupam o primeiro plano, a "oposição" que predomina é a conciliação. Acabamos de ter uma milésima confirmação disto, quando os mais importantes candidatos a governador pelo PMDB pregam claramente a moderação na crítica ao governo (ver matéria ao lado). Esta conciliação legítima o regime, favorece a fraude da "abertura", apoia a renovação da ditadura.

Com toda certeza, cabe aos trabalhadores por abaixo o odiado regime.

E os trabalhadores têm todo o interesse nisto: a ditadura é um obstáculo no caminho da conquista de qualquer reivindicação, ela reprime as lutas e é a garantia imediata mais importante para a exploração. As lutas econômicas travadas por toda a parte não poderão ir adiante se não derrotarem todo o aparelho repressivo montado. Um exemplo disso, inclusive, é a recente greve dos professores gaúchos.

A ditadura e os trabalhadores

Alguns dias antes do aniversário da ditadura, o PT fará sua pré-convenção nacional que definirá a plataforma nacional para as eleições. Será um momento decisivo: da orientação adotada dependerá em grande medida o avanço da luta contra a ditadura este ano.

Até agora, o PT tem feito muito menos do que pode. Ainda não desenvolveu nenhuma grande campanha nacional de mobilização contra a ditadura, ainda não definiu uma alternativa clara ao regime atual como a defesa da Assembleia Constituinte, Livre, Democrática e Soberrana. O PT tem ficado envolvido nas atividades necessárias à sua legalização e atividades internas, e seus militantes participam das lutas que são travadas pelos trabalhadores em todo o país. Para um partido, é muito pouco.

Pior ainda: têm-se desenvolvido dentro do partido algumas posições que sistematizam e teorizam a política de deixar de lado o combate à ditadura (como a que se reflete na plataforma nacional aprovada na pré-convenção de São Paulo).

Em 27 e 28 de março, o partido estará escolhendo entre duas orientações: a proposta por São Paulo, e a proposta por outras pré-convenções, que colocaram o combate à ditadura no centro da plataforma eleitoral (de formas diferentes, as pré-convenções do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e Minas Gerais, entre outras).

Se escolhe este último caminho, a vida da ditadura será encurtada. Caso contrário, os liberais burgueses continuarão à frente da oposição, conciliando, e é bem possível que a ditadura ainda faça muitos outros aniversários.

Errata

Por um erro técnico, o editorial do número passado saiu inadvertidamente assinado por Nei Manrique.



A ditadura

Aos três anos do governo Figueiredo e aos dezoito de ditadura militar, fomos ouvir Florestan Fernandes, intelectual responsável pela formação de toda uma geração de sociólogos e pela elaboração de um pensamento tão vasto quanto profundo sobre a realidade e a história brasileira. A seguir, uma

A instabilidade política no Brasil é permanente e reflete a incapacidade da burguesia em realizar as reformas estruturais que enfrentem o problema agrário, a questão nacional e os impasses da democracia.

Para Florestan Fernandes, o choque entre revolução e contra-revolução em sociedades do capitalismo da periferia, como no Brasil, não é algo ocasional, de natureza militar ou manifestação de uma crise particular. Nestas sociedades, o processo político é permanentemente instável: "o biombo democrático revela facilmente a ditadura de classes que é o Estado capitalista e a oscilação entre a normalidade e a exceção é freqüente e rápida".

Para entender o que gera esta instabilidade, "é preciso sair da ótica de evolução política que ocorreu na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. Temos de pensar nos marcos próprios da América Latina, de uma burguesia que é forte para comandar as sociedades capitalistas da periferia, para dirigir o desenvolvimento econômico possível, mas que não é suficientemente forte para enfrentar o imperialismo. Então são obrigadas a fazer alianças no plano cultural, político e econômico e da autonomia cultural, político e econômico e assim perdem em grande parte a soberania da nação, da iniciativa e da autonomia como e enquanto classe".

"Essa burguesia, delimitada por tal situação econômica, não tem como encaminhar reformas sociais, uma "revolução dentro da ordem", conceito que é usado para designar a revolução burguesa quando ela, por exemplo, gera a reforma agrária, quando implementa uma reforma urbana consistente, quando acelera e aprofunda a revolução nacional, quando fornece a largas parcelas da população recursos educacionais e assistenciais ou, ainda, quando é capaz de aceitar a pressão de outros

setores da sociedade, principalmente das massas trabalhadoras urbanas e rurais".

Fascismo ou socialismo

Assim, a burguesia "busca inalteravelmente inibir a revolução dentro da ordem com o maior afincamento e resolução. Milhões de exemplos demonstram isso. O melhor, entre todos, refere-se à posição de uma ala inovadora da Igreja Católica e à desaprovação extrema que ela provoca na burguesia. A ótica do "evangelho dos pobres" abre-se diretamente para a revolução dentro da ordem. Se as classes burguesas não estivessem presas a um circuito histórico estático, veriam na Igreja Católica um aliado inestimável e alargariam as malhas da "conciliação" até sua rede de atividades libertárias. Ela é a primeira instituição-chave que avança no sentido de quebrar o nó górdio do impasse, que pesa sobre a sociedade civil e a organização do Estado, separando a "defesa do oprimido" da "ameaça do comunismo", ultrapassando a paralisia burguesa sem reforçar o extremismo e ficando o solo histórico a emergência de uma democracia de participação ampliada, de crescimento progressivo e auto-regulado".

Mas "toda sociedade de classes tem dinamismos que não podem ser inibidos ou reprimidos indefinidamente... o certo é que mais ou menos ditadura e o mais ou menos democracia traduz uma debilidade orgânica insuperável. Classes burguesas sem rumo ou de rumos ambíguos prenunciam tempestades, que sob o capitalismo "tardio", nas nações centrais e periféricas, ou levam ao fascismo ou conduzem ao socialismo.

Foram as forças espontâneas que emergiram das alterações mais recentes no regime de classes que desgastaram a contra-revolução e conduziram o governo ditatorial às atuais perplexidades

"No momento presente, a ditadura não tem meios para impor o seu discurso, as suas normas, as suas decisões supremas como fez a Junta Militar em 1968. Não pode nem reproduzir o estilo, por assim dizer, olímpico da ditadura de Geisel. Nós temos um presidente que estende a mão e usa recursos que não precisam ser analisados. Basta comparar a figura dos dois presidentes, a maneira como eles encarnam o presidencialismo ditatorial para saber que alguma coisa aconteceu com a substância da ditadura".

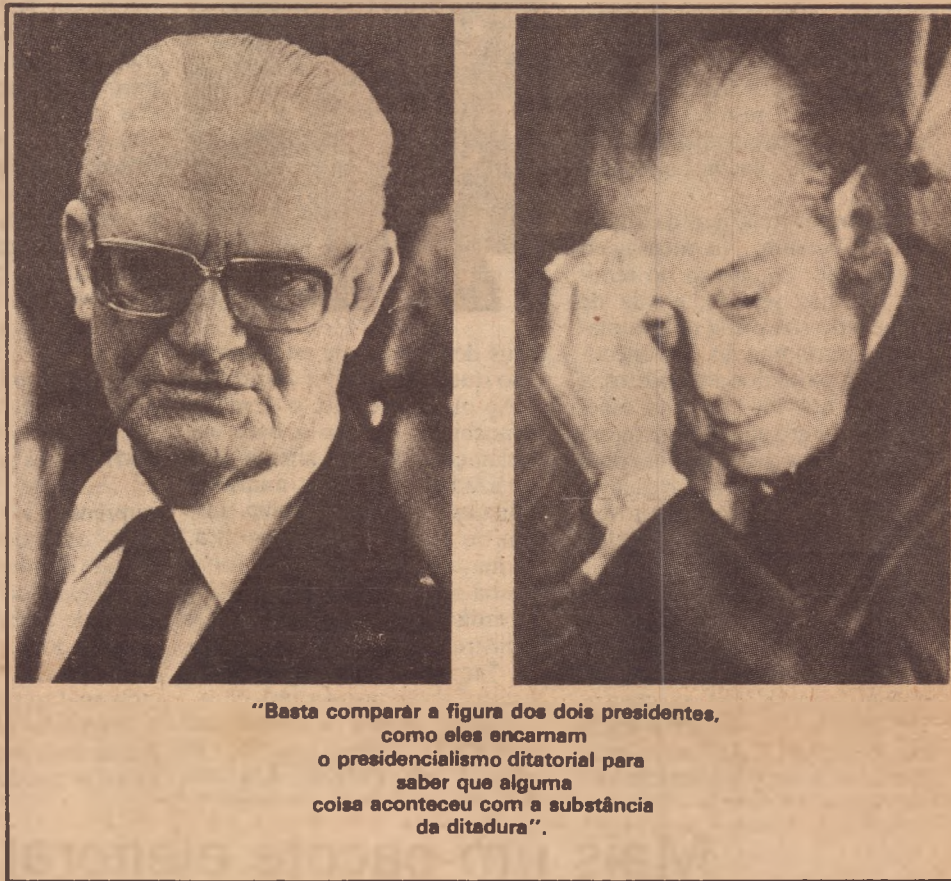
Mas é preciso entender que "não foram as forças organizadas da sociedade brasileira que desgastaram a contra-revolução e conduziram o governo ditatorial às atuais perplexidades. Foram suas forças espontâneas que emergiram das alterações mais recentes no regime de classes e que renasceram do esmagamento ditatorial na esfera das atividades sindicais, religiosas, políticas e estudantis".

O fato é que "a industrialização maciça fortaleceu o proletariado e projetou politicamente um setor de ponta com capacidades hegemônicas; a forte migração rural-urbana

criando as cidades-inchadas fomentaram tensões insuperáveis e um potencial político explosivo; a maior penetração do capitalismo no campo desencadeou a proletarianização e multiplicou os conflitos pela posse da terra, pela sindicalização rural e pela mobilização dos índios, posseiros e boias-frias".

Foi sobre esta base social explosiva que cresceram as principais contradições da ditadura. Em primeiro lugar, "o pseudo-sistema de dois partidos, um do governo e outro da oposição consentida, permitiu que o protesto popular se aglutinasse no partido de oposição. A ditadura se via diante de plebiscitos eleitorais e na contingência de enfrentar riscos crescentes no uso da simulação política". Em segundo, "os antagonismos de classe emergem com grande vitalidade e já não é o poder de coação da ditadura que os paralisa, mas a falta de meios autônomos organizados de luta política das classes trabalhadoras que os enfraquecem e os afastam de alvos decisivos".

Neste quadro, "a tendência natural para as classes dominantes consiste em usar a ditadura



"Basta comparar a figura dos dois presidentes, como eles encarnam o presidencialismo ditatorial para saber que alguma coisa aconteceu com a substância da ditadura".

como um escudo protetor, prolongando a combinação do poder indireto de classe ao poder autocrático do Estado ditatorial. Contudo, na medida em que essa combinação encontra uma resistência encarnada na imensa maioria, a tendência natural é a de fazer da ditadura uma espécie de pião, para que dela saia um novo regime de partidos, dócil ao Estado e poroso a modalidades mais modernas

e muito mais corruptas e destrutivas de clientelismo e patronagem".

"O poder real das classes possuidoras foi, apesar das aparências, reduzido e relativizado. Embora por vias canhestras, soltou-se e cresceu um espaço comum a todas as classes, dentro da ordem burguesa e através dele desprendem-se certas tendências à universalização da cidadania e da justiça social".

A dissolução do PP evidencia o fracasso da tentativa empreendida por setores da burguesia em alimentar a transformação do poder militarizado e restabelecer sua autonomia política enquanto classe.

Abre-se, assim, "um período típico de transição da sociedade de classes quando uma massa maior de trabalhadores por condições sociais, materiais e políticas conseguem enfrentar a supremacia burguesa em alguns níveis e forçam o seu espaço político próprio para deixar de ser uma mera cauda eleitoral da burguesia. As classes dominantes respondem naturalmente a este processo tentando alargar a base política do Estado e criar instituições mais fortes, como ocorreu em vários países da Europa e dos Estados Unidos".

Novamente, as expectativas não deveriam ter como referência os países do capitalismo central. "O dilema para as classes dominantes na América Latina reside neste fato: até agora não foi possível passar pelo centro do poder militarizado, do poder autocrático essa transformação. Alguns países, como a Argentina, o Chile e o Uruguai conseguiram durante algum tempo contornar problemas nesta área, mas recentemente já não conseguiram. Nas condições do capitalismo monopolistas já não conseguiram".

"No Brasil, mais recentemente alguns setores da burguesia nacional, especialmente aqueles que defendem uma saída pelo centro se articularam através do PP. Na verdade, eles

estavam procurando saídas através das quais as classes burguesas reabsorvessem a autonomia que foram perdendo progressivamente, para restabelecer um novo equilíbrio entre os militares e os setores das classes dominantes. A burguesia teve êxito? Está patente que não.

E não foi apenas porque os vários setores da burguesia estão divididos entre si. Ela não teve êxito porque não conseguiu encontrar uma fórmula que permitisse uma conciliação entre as soluções que vem desse poder relativamente autonomizado e as fórmulas políticas que são equacionadas em termos conservadores pelos estratos mais reacionários da burguesia. A burguesia tem de conciliar com os seus vários estratos, tem de conciliar com potências externas, com os militares, com os trabalhadores: todas estas necessidades de conciliação, significam impotência para a burguesia já que ela não tem meios próprios para equacionar seus problemas.

Nós continuamos a ver tanto no setor militar, como no político, como no empresarial setores tentando sair do circuito, pretendendo uma absorção paulatina do estado de exceção. Não podem ir, no entanto, muito longe porque a burguesia não tem meios de avançar sozinha, não tem meios de alimentar o processo.

em questão

exposição condensada de mais de quatro horas de entrevista com Florestan e as principais noções contidas no livro **A ditadura em Questão**, coletânea de ensaios sobre a situação política nacional editada recentemente.

A autonomia e a liberdade de movimentos do sistema de poder, a ambiguidade das oposições burguesas e a ausência de um movimento popular capaz de derrotar o governo ditatorial explicam a permanência da ditadura, apesar de toda a crise.

"Há muitas esperanças pairando no ar. Inclusive a esperança mais forte de que a implosão da ditadura estaria próxima, como produto dos impasses do poder militar ou como efeito de uma "bola de neve" eleitoral, de impacto incontrolável pelo governo esabelecido". No entanto, afirma Florestan, "o mal das esperanças é que elas, por si mesmas, não movem a história".

E será necessário entender os mecanismos de sobrevivência da ditadura, o que lhe dá vitalidade apesar da crise profunda, para gerar a sua desagregação.

Para Florestan, "o que garante a sobrevivência e reprodução (da ditadura) não é o apoio popular, nem mesmo o apoio das forças armadas: é a autonomia do Sistema, as pressões ambíguas que ele recebe de sua base nacional e estrangeira, a falta de cristalização de um movimento popular contra a ditadura capaz de derrotar o governo ditatorial, deixando o sistema solto no vácuo e condenado como uma excrescência política".

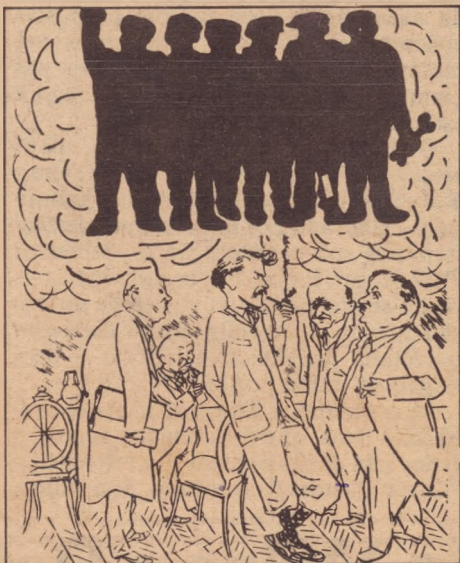
A autonomia do sistema se refere ao fato de que este "evoluiu no sentido de tornar-se um centro todo-poderoso do executivo ditatorial e o poder militar adquiriu, de fato, o caráter de fonte de qualquer manifestação da vontade coletiva dos estratos estratégicos das classes dominantes. O "consenso nacional" destas classes deixou de ser um fator determinante das decisões tomadas em seu nome (e com seu beneplácito, explícito ou implícito)". A grande consequência política desta autonomia é a enorme liberdade de movimentos do sistema que "pode manejar a seu bel prazer todos os organismos e funções do aparato do Estado e do governo, sem exceção".

A ambiguidade da burguesia

Essa vantagem da ditadura se combina com outra, com o fato de que "os setores burgueses que chegam à oposição legal à ditadura raramente avançam até as últimas consequências, prevalecendo uma oposição construtiva que gostaria de ter uma desagregação da ditadura sem rupturas e sem conflitos no seio da própria burguesia. Estas pressões ambíguas conferem à ditadura um amplo espaço político no qual ela pode movimentar-se, defender-se e até ganhar elasticidade para ser o que não é". Por outro lado, a "oposição prudente" permite que a ditadura absorva as suas crises internas.

Por último, essa ambiguidade burguesa é funcional à reprodução da ditadura. Ela apoia ou incentiva a "debilitação e a pulverização das manifestações mais vivas e fortes do protesto operário ou da ira popular, fazendo com que a maior força social de transformação da sociedade seja desviada de seu movimento histórico real. Assim, o "antiditatorialismo é freado pela dinâmica da oposição legal à ditadura e pela ausência de uma sólida impulsão antiburguesa e socialista das classes proletárias, às quais falta, parcial ou globalmente, meios de ação inconformista ao nível político".

Deste modo, nem o caminho eleitoral, nem os impasses militares e divergências burguesas são capazes de gerar a queda da ditadura. "Ou os interesses das classes dominantes paralisam o segundo movimento, antes dele se tornar



decisivo ou os processos ditatoriais de dissuasão e de repressão destróem a firmeza do primeiro movimento, confinando-o a áreas de atrito e de desgaste que não possuem significado mortal para a capacidade de iniciativa da ditadura".

As eleições de 82

A debilidade da ditadura consiste exatamente na sua incapacidade de manipular satisfatoriamente este quadro, gerando contradições que se aguçam agora para as eleições de 82.

Em primeiro lugar, as classes burguesas não responderam de modo unívoco à programação subentendida na "reforma dos partidos" e a ditadura não conseguiu renovar suas bases políticas para, através dela, marchar na direção de uma gradual absorção do polo militar. Em segundo, o partido alternativo (o PP) teve de lançar-se no campo político da oposição e competir com partidos que desenvolviam programas de combate efetivo à ditadura e acabou por se dissolver. As restrições e inibições impostas à reorganização partidária não impediram que o PMDB ressurgisse com força eleitoral e o "leque de partidos não traduz, como se esperava, o esmagamento daquelas forças sociais que a guerra civil oculta e prolongada não conseguiu nem destruir nem domesticar".

Em consequência, "por mais que a ditadura procurasse impecilhos para a mobilização eleitoral, foi nesta área que acabaram grassando uma das contradições políticas mais violentas do regime".

"Não se pode esperar muito da direção oficial do PMDB, assim como não se pode esperar muito dos setores estratégicos da burguesia. Mas uma coisa é aquilo que resulta da linha de interesse de classe e outra é aquilo que acaba resultando da política necessária. Para tirar das eleições resultados positivos, os políticos burgueses podem se ver na contingência de arriscar e ultrapassar os limites da

moderação. Querem a todo custo restabelecer uma base de barganha com a ditadura e se a ditadura agir de maneira cega, pode ser que algum setor da burguesia que defende soluções não muito diferentes daquelas da ditadura se arroge o direito de ser intérprete de seus fins.

É certo que as eleições vão abrir espaços; resta saber como eles serão aproveitados.

Porque os políticos e os partidos lutam por sua sobrevivência física. "O problema meu é a minha eleição, não me importa se a ditadura vai ficar mais um ou dez anos". O processo acaba se encerrando num jogo de simulações, com motivações que não são íntegras e nem sólidas. E nós ficamos muito desarmados no que diz respeito ao combate frontal da ditadura.

Os partidos operários não podem se contentar apenas em ser a "esquerda" ou a "extrema-esquerda" dos grupos articulados da burguesia. Precisam desde o início se associar ao socialismo proletário e se engajar à luta de classes.

"As classes trabalhadoras precisam de partidos políticos próprios para intensificar seu desenvolvimento independente como classe; para formar vanguardas operárias dotadas de firmeza política e de capacidade de liderança; para sair do isolamento político e retirar do ostracismo outras classes ou facções de classe (como o setor camponês ou a pequeno-burguesia); para reduzir a prepotência e o despotismo do poder burguês; e, nos dias que correm, para remover da cena histórica a ditadura de classe da burguesia e por aí iniciar sua luta pela conquista do poder".

Trata-se para Florestan de uma situação, que se tem alguma comparação com o fluxo da luta de classes que se seguiu à queda do Estado Novo, se repete hoje em proporções "muito mais amplas, pois a crise do poder burguês apresenta maior intensidade e, o que é decisivo, a força relativa das classes trabalhadoras aumentou consideravelmente nos últimos trinta anos".

Mas isto não esgota a questão. Ao se constituir em partido próprio, "ao deixar de ser cauda eleitoral da burguesia, as classes trabalhadoras podem converter-se em outros equivalentes funcionais complexos da cauda, como ser o setor radical, a esquerda ou mesmo a extrema-esquerda dos grupos políticos articulados da burguesia".

É esse desenvolvimento que se trata de evitar a todo custo, a firma Florestan. "Evitar que se perca a rota da autonomia do movimento operário e sindical em troca da utopia da "colaboração de classe" e da "democracia de cima para baixo". E arremata: "capitular na questão da autonomia de classe... equivale a transferir para a massa reacionária da burguesia as vantagens de um momento de refluxo da contra-revolução".

Daí que os "partidos operários não podem nascer e crescer como partidos da ordem". Para isso devem se propor a "uma clara associação com o socialismo proletário e uma nítida vinculação com a luta de classes nas condições concretas existentes".

Absorver o socialismo proletário

Dissociar os partidos operários do socialismo proletário seria uma saída derrotista e inútil. De um lado, "os estratos estratégicos da burguesia sentem tal temor diante da "eclosão operária" em si mesma que esta acaba se confundindo com a "irrupção do socialismo" como tal e com o "perigo comunista alienígena". De outro, "sem conteúdos



socialistas nítidos e firmes, os partidos operários oscilariam facilmente para a submissão dócil, o aburguesamento das lideranças e a consolidação política como recurso de sobrevivência, deixando as classes trabalhadoras entregues a si próprias e sem bússola política".

O mesmo se poderia dizer da vinculação do partido operário com a luta de classes. "A terrível pressão da massa reacionária da burguesia e da ditadura para desmoralizar a luta de classe e para proscrevê-la salienta a sua importância para as classes trabalhadoras. A dissociação neste nível não paralisa apenas a consciência política e a qualidade do impulso coletivo para a ação. Ela segrega as classes trabalhadoras de suas tarefas essenciais, de suas funções históricas e, em plano mais amplo, de sua vocação revolucionária".

"É utópico pensar que tal tipo de partido poderá despontar nos escombros de uma ditadura burguesa tão fechada e impiedosa? Parece claro que não. A contra-revolução iniciou sua rota de declínio final. Não importa o quanto ela possa durar e o quanto ativa ela ainda consiga ser na utilização da violência institucional e da repressão, não importa mesmo que ela possua audácia suficiente para lançar mão do terrorismo do Estado e do terrorismo paralelo ao Estado. A nova correlação de forças brota da mesma forma: Hegel já esclareceu que aquilo que está morrendo não pode deter o que está nascendo e que chega um momento no qual as crispações da agonia coincidem e se inter-relacionam com as crispações do nascimento".

Pré-convenção nacional

PT: hora das grandes definições

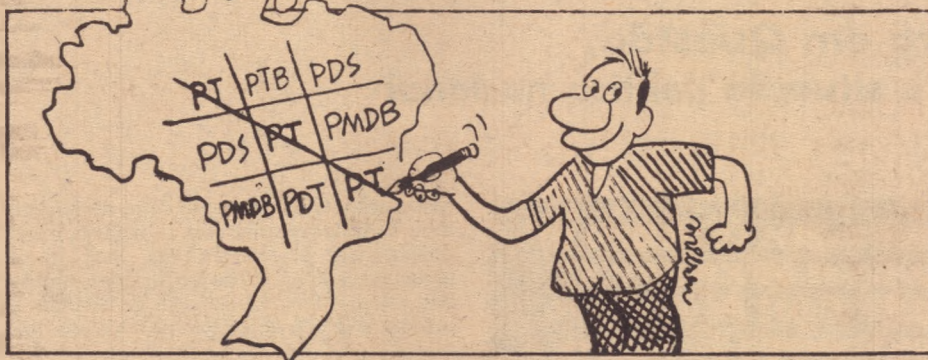
O Encontro Nacional petista que irá definir a Plataforma Nacional e a tática eleitoral do partido no próximo fim de semana em São Paulo, tem tudo para ser um momento de grande avanço na construção do PT. Preparado por várias pré-convenções, ao longo dos últimos meses, estado por estado, ele ainda será precedido, nesta semana, por uma reunião da Comissão Executiva e outra do Diretório Nacional, respectivamente na quinta e sexta-feira.

A pauta da reunião do Diretório é longa e conta com vários pontos além daqueles que serão levados ao Encontro Nacional. Entre eles, a avaliação da campanha contra a Lei de Segurança Nacional, a questão das finanças, a fundação do Instituto de Estudos Políticos do partido (ver o texto do grupo de trabalho encarregado abaixo), a avaliação do jornal nacional do PT (que já terá seu primeiro número lançado esta semana) e os planos de trabalho das secretarias específicas.

Neste particular, a Secretaria de Filiação e Nucleação, coordenada por Apolônio de Carvalho, apresentará ao Diretório um extenso documento sobre o tema, visando concretizar a campanha dos 2,5 milhões de filiados lançada há meses pelo partido mas até agora, na prática, mantida em "banho-maria".

A complexa e diversificada área dos Movimentos Populares, abrangendo desde a sua definição como Secretaria, os setores de Jovens, Mulheres, Estudantes, Negros, Índios, Homossexuais etc, apresentará também um esboço de plano elaborado por Helena Greco onde propõe

Uma reunião da Executiva e outra do Diretório Nacional preparam agora nesta semana, a reta final do Encontro petista de todo o Brasil.



que cada um destes setores tenha seu coordenador nacional, "um membro do Diretório, levando-se em conta para a indicação, uma atuação na área e a presença no movimento em seu estado de origem". O plano enfatiza ainda a necessidade de que as atividades dos coordenadores estejam voltadas sobretudo para "o desenvolvimento da linha política do PT em cada uma destas áreas e a coordenação da intervenção dos militantes do PT em atividades mais amplas como congressos, eleições e encontros populares". Por fim o plano recomenda ainda a "realização de encontros nacionais de militantes do PT de cada um destes setores até outubro próximo".

A Secretaria Cultural também apresenta seu plano de trabalho num documento de Zélia Gonzales que, partindo de uma avaliação "das objeções contra o debate cultural no interior de um partido

dos trabalhadores" passa por toda uma análise da questão cultural no capitalismo contemporâneo, discute o problema da alienação, e termina com propostas concretas de trabalho entre estas até mesmo sugestões de itens culturais nas plataformas eleitorais que o PT agora está elaborando.

O Diretório receberá ainda, para estudo e posterior discussão, um extenso e abrangente texto sobre política econômica elaborado por um conjunto de economistas sob coordenação do professor Paul Singer. E que, ao que tudo indica — tendo-se em conta um ensaio de discussão quando de um informe oral do Singer na última reunião do Diretório — será objeto de muita polêmica.

Já o Encontro Nacional se concentrará nas duas questões citadas acima: a tática será debatida tendo por referência a "Carta Eleitoral" aprovada pela última

reunião do Diretório, e a Plataforma Nacional a partir de um ante-projeto que está sendo elaborado pela Comissão Executiva com base nas contribuições das diversas pré-convenções estaduais e do qual, até o fechamento desta edição não tínhamos maiores informações.

Fora estas duas questões centrais, o Encontro discutirá ainda a proposta de adiamento das convenções oficiais para a renovação dos Diretórios do partido (dos municipais ao nacional) que se dariam agora a partir de junho dado que, numa avaliação preliminar da Executiva, julgou-se muito difícil a concatenação de datas para as pré-convenções e convenções para este fim, com as pré-convenções que já estão em curso tratando das questões eleitorais, somado o sufoco da própria campanha que está para deslançar já nas próximas semanas.

Por fim, a questão do regimento interno do Encontro. Depois da pré-convenção paulista um receio de que a direção nacional viesse a propor um mesmo tipo de regimento ao Encontro Nacional entrou em cogitação. Mas pelo visto, estes temores não procediam: o regimento que a Comissão Política da Comissão Executiva encaminha agora como proposta vai noutra linha bem diferente daquela forma cerceadora e burocrática que regeu a pré-convenção de São Paulo. Uma proposta tradicional, como a que vigorou em outros encontros passados, estabelecendo discussões e votações em grupos, relatores e, em seguida, apresentação, discussão e votação em plenária das propostas, emendas e substitutivos.

O que será o Instituto Wilson Pinheiro?

A formação de um instituto de estudos, pesquisa e assessoria do PT já foi aprovada pelo Diretório Nacional (...)

Conforme deliberação do Diretório Nacional, a denominação será "Instituto Wilson Pinheiro" (conservando a estrutura de fundação, com sede em São Paulo), em homenagem a Wilson de Souza Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília (Acre), assassinado em frente ao sindicato no dia 21 de julho de 1980.

Importantes atividades previstas ou ensinadas pelo PT poderão ser realizadas de forma mais sistemática e consequente através de um organismo que atuará em cooperação com a atual estrutura de núcleos e diretórios do partido:

O aprofundamento e detalhamento do programa do PT, o acompanhamento de movimentos sociais específicos, a proposição de plataformas de ação, a ação político-cultural, a constituição de um centro de formação política para os filiados, são atividades em que o Instituto poderá dar importantes contribuições. Também o estudo e a difusão prévia das alternativas políticas facilitaria o debate nas convenções partidárias, superando as dificuldades que temos sistematicamente enfrentado. Tanto neste caso, como em demais questões que podem levar a alterações programáticas, não caberá ao Instituto estabelecer a posição do partido, mas sim, debater todas as propostas, mesmo contraditórias, procurando engajar o conjunto do partido nesse debate.

O debate interpartidário poderá, da mesma forma, ser promovido pelo Instituto. Igualmente, o Instituto poderá dinamizar as relações do partido com os movimentos sociais e selecionar temas de alcance político, enriquecendo e estimulando a vivência partidária.

Estará ainda em condições privilegiadas para promover discussões, seminários ou cursos sobre, por exemplo, história da atividade sindical, a mulher trabalhadora ou acidentes de trabalho e direitos dos operários, movimentos de bairros, etc., poderá abrigar grupos de interesse específico (artístico, esportivo etc.), divulgando sempre para o restante

Um apanhado do texto da direção que define o que será o Instituto de Estudos Políticos do PT.

do partido a existência e os resultados dessas atividades (...)

O Instituto agregará os filiados do partido e que desejam oferecer-lhe uma contribuição de caráter mais técnico ou intelectual. Dará condições para a elaboração de estudos mais aprofundados, permitindo, por exemplo, análises fundamentais da conjuntura.

De imediato, passam a integrar o I.W.P. os grupos de trabalho que têm elaborado os estudos e propostas programáticas aos diretórios e parlamentares.

Recomenda-se, desde já, que esses grupos de trabalho organizem um arquivo de todas as publicações relativas às suas áreas de competência. Recomenda-se também que esses grupos procurem ter uma representação a nível nacional, articulando-se imediatamente, com grupos formados ou em formação nos estados.

O I.W.P. criará estruturas para responder a três necessidades básicas do partido:

- 1) Elaboração e Formação Política**
Estimulando o debate dos grandes temas do partido, como por exemplo, nossa realidade econômica e social, o tipo de socialismo que antevemos, as condições para conquistá-lo, a questão do estado, o debate do marxismo hoje, etc. Uma de suas tarefas imediatas a de socializar a informação, contribuindo com Boletins e Periódicos, agilizando a própria participação no partido.
- 2) Serviços Técnicos** (Jurídicos, Administrativos, de Planejamento, Trabalhistas etc.) Essa assessoria não deverá limitar-se a parlamentares e administradores, mas deverá estar a serviço do PT, como um todo.
- 3) Criação de um Setor de Documentação**, que servirá de apoio no exercício dessas funções. Esse setor deverá reunir documentação sobre os movimentos populares,

associações e sindicatos, o desenvolvimento do partido em cada estado etc (...)

DIREÇÃO DO INSTITUTO

- 1) O Diretório Nacional elege 11 membros para compor o Conselho de Curadores entre os filiados do Partido, pertencentes ou não a esse Diretório. São membros natos, entre esses 11, o presidente e o secretário geral do partido que ocupam estes

mesmos cargos no conselho curador. Segue-se ainda que pelo menos 4 destes 11 membros, representam necessariamente, diferentes regiões do país.

- 2) O Conselho curador eleito, escolhe, entre seus membros ou entre os filiados, a Diretoria Administrativa do Instituto, composta de Diretor Geral, 1º Vice, 2º Vice, Secretário Geral, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.
- 3) Em cada Estado será formada uma Secretaria Regional do Instituto, dirigida por um filiado ao Partido, nomeado pelo Diretório Estadual.

PT 82

A Secretaria de Finanças do PT/RJ e o EM TEMPO estão vendendo:

- **Calendários PT - 82**
preço unitário: Cr\$ 60,00
10 unidades: Cr\$ 500,00
100 unidades: Cr\$ 4.000,00
- **Plástico PT-82**
preço unitário: Cr\$ 100,00
10 unidades: Cr\$ 800,00
100 unidades: Cr\$ 7.000,00

● Envie cheque nominal para EDITORA APARTE
R. Senador Dantas 117, sala 1414, CEP 20031, Rio de Janeiro.



o nosso ponto de vista, Lula é um burocrata e seu interesse é manter seus privilégios. Portanto, tem interesses distintos

aos dos trabalhadores. Acharmos que, nesse sentido, não existe uma diferença de qualidade entre ele e Joaquim". Foi exatamente o que li, estarrecido, recentemente, num documento da Convergência Socialista.

Já há vários meses que vínhamos sendo procurados, por companheiros do PT, preocupados com as posições que a CS estava expressando. Dessa vez, além da preocupação muito mais acentuada, nos trouxeram documentos dessa organização. Queriam saber nossa avaliação sobre os pontos que diziam respeito ao PT.

A Convergência Socialista foi, na sua origem, um movimento que visava aglutinar os que se reivindicavam do socialismo e que queriam caminhar na via de um partido socialista, democrático, massivo e profundamente enraizado no seio dos trabalhadores e dos setores populares. A este movimento coube o mérito de, no Congresso Metalúrgico de Lins, no início de 79, ter puxado o lançamento da proposta de construção de um partido dos trabalhadores. Foi uma readequação da proposta de partido socialista, não sua negação. O PT que queríamos construir — nesta época eu próprio dirigente da CS — seria um partido de massas, socialista, que concretizasse a organização independente dos trabalhadores. Partíamos da visão que, com as greves, com o novo processo de luta de classes, com o novo ascenso, tinha surgido e estava se desenvolvendo uma corrente no seio dos trabalhadores que caracterizávamos como classista. Dessa corrente participavam Lula, Marcílio, Jacó Bittar e tantos outros. Ela era para nós a expressão maior, mais avançada, do novo proletariado. E seria a única que poderia viabilizar, no seu desenvolvimento real, o PT. Portanto, a única que poderia ser, de fato, a direção do PT, neste momento.

A política que se tinha e que já era muito débil e empírica, partia, portanto, de uma caracterização do novo ascenso da luta dos trabalhadores e da caracterização desta nova vanguarda como classista.

Rompemos com a Convergência Socialista em fins de 79. E fizemos, sobre isso, uma declaração à imprensa, através de um texto. Buscávamos delimitar as nossas diferenças. Tínhamos, no entanto, uma base comum, que eram as caracterizações acima referidas. Isso, no entanto, como lemos nos documentos que chegaram agora às nossas mãos, foi radicalmente mudado. Não existe mais. A nova direção da CS considera hoje que estas caracterizações estão entre as "mil imbecilidades claramente oportunistas" que dizia a CS naqueles tempos: "até metade de 80 caracterizávamos a direção de Lula como classista, com quem deveríamos trabalhar lealmente co-

Convergência Socialista Novos delírios do sectarismo

De um movimento propulsor do PT em 1979 a Convergência Socialista caminhou para se tornar hoje um dos grupamentos mais sectários da esquerda brasileira. Entre outras, suas novas insanidades, colhidas em um documento recente são: "Lula é um burocrata, sem diferenças de qualidade com relação a Joaquim; a burocracia lulista é historicamente contra-revolucionária e quer construir o PT como um partido operário-burguês; e não para colaborar daqui a dez ou quinze anos, mas agora". Aqui, uma análise desta trajetória.

Por Júlio Tavares

mo forma de possibilitar-lhe um avanço cada vez maior. Tanto estava arraigada esta caracterização que fizemos uma conferência nacional para autocriticar-nos e mudá-la", explica o documento.

Na nova caracterização da CS esta corrente sindical passou de classista para ser uma corrente burocrática. "Portanto (diz o documento) tem interesses distintos aos dos trabalhadores. Acharmos que, neste sentido, não existe uma diferença de qualidade entre ele (Lula) e Joaquim. A diferença com Joaquim é política e não social".

Um absurdo! Joaquim é um dos mais importantes pelegos, um dos mais tradicionais e perigosos traidores da classe operária da América Latina. É objetivamente um agente da burguesia no seio da classe operária. E a direção da CS simplesmente diz que a diferença entre eles é apenas política...

"Classismo: mil imbecilidades"

Para a direção da CS "a burocracia lulista é socialmente parte da burocracia pelega e como toda burocracia não é parte da classe operária e é historicamente contra-revolucionária. Ela tem interesses distintos aos do proletariado, estando descartada a possibilidade de que essa burocracia evolua para posições revolucionárias, quaisquer que sejam as diferenças que tenham com o conjunto da burocracia pelega ou por mais progressivo que seja o papel que cumpre". Por isso, continua o argumento, "... o projeto político que a burocracia lulista procura concretizar ao construir o PT, um projeto na melhor das hipóteses oportunista e provavelmente um partido operário-burguês, e que este projeto é antagônico ao projeto político dos revolucionários"... "dizer que o projeto político da burocracia é antagônico ao nosso não significa ignorar que estes projetos coincidem conjuntamente em um único ponto, a construção do PT como partido operário". E, concluindo, diz, "é necessário ver que Lula por um lado constrói um partido operário, porém constrói para colaborar com a burguesia. E não para colaborar daqui a dez ou quinze anos, mas agora. É necessário dizer que Lula tem um projeto frente-populista para o PT".

Por nosso lado, continuamos a considerar a corrente sindicalista, da qual Lula é sua expressão mais elevada, como classista. Sua caracterização, seu papel fundamental na construção do

PT, na construção da organização política independente dos trabalhadores enquanto classe social revolucionária e aí, neste contexto, qual deva ser o papel dos marxistas revolucionários, tudo isso os expressamos largamente, não só pelas páginas do nosso jornal, mas também através de um caderno lançado por nós nacionalmente: "O PT e o Partido Revolucionário no Brasil".

Explicito as nossas posições sobre estes pontos: nós que rompemos com a CS e somamos as nossas forças às que faziam o ET, defendemos o PT como partido, e defendemos a caracterização da corrente classista e seu papel como fundamental na construção do PT. Como uma corrente interna do PT vemos que entre o Projeto hoje hegemônico do partido e nossas posições não existe antagonismo, mas sim "convergência". Os desacordos, quando acontecem, entre as nossas posições e as de companheiros da corrente classista, nós os colocamos abertamente. Muitas vezes duramente, sem meios termos. E o fazemos,

inclusive dessa forma, porque vemos o seu papel como imprescindível na luta pela construção do PT enquanto um verdadeiro partido. Isso ficou explícito, por exemplo, na divergência que tivemos em relação ao jornal do PT quando foi aprovado, na direção nacional, um projeto que víamos como não o melhor, como o que tinha mais dificuldades de ser viabilizado rápida e massivamente.

Grupos não estalinistas, cada vez mais sectários

Para nós a corrente classista vai muito além das suas direções sindicais, propriamente ditas. Estas, no entanto, ainda tem uma importância fundamental na expressão e consolidação da mesma. Essas direções sindicais, e principalmente Lula, são a expressão mais nítida do movimento e desenvolvimento de uma nova vanguarda de ativistas, de combatentes. Uma vanguarda desigual, tanto regional como setorialmente, tanto política como organicamente. O seu desenvolvimento político e ideo-

lógico mais completo só foi, e só é possível, por novas condições estruturais e políticas. Entre estas, a profunda crise do regime, crise que é cada vez mais global. Crise que tem uma das suas expressões na impossibilidade dos partidos burgueses, com o apoio dos seus aliados reformistas e pelegos, canalizarem o descontentamento do movimento operário e popular para uma alternativa burguesa global ao regime militar. É essa impossibilidade se dá, inclusive, pelo surgimento de uma corrente que, ainda que no seu primeiro momento fosse obreirista, no seu desenvolvimento foi entendendo que era necessário os trabalhadores se organizarem politicamente de forma independente. Uma corrente que surge e se desenvolve não só independente dos partidos auto-proclamados "únicos e verdadeiros" partidos revolucionários da classe operária, PC e PC do B, mas em negação a eles. E sem ser compreendido por muitos grupos da esquerda não estalinista, pelo menos em toda sua profundidade e potencialidade. Quanto aos "partidos" estalinistas, o surgimento e desenvolvimento da corrente classista expressa, mais uma vez, objetiva e abertamente, que estão fracassados historicamente. Para os grupos não estalinistas, que não compreenderam o fenômeno do surgimento e desenvolvimento dessa corrente, ela tem sido um dos fatores, um dos motores, de suas crises internas.

O caso da CS é especial, tem peculiaridades próprias. Tinha uma compreensão, que poderia até ser ainda limitada, do significado dessa corrente, mas a negou. Algo realmente trágico. Infelizmente.

Perspectiva Internacional lançamento da Editora Aparte

Nasce uma revista. Não se trata simplesmente de mais uma revista. *Perspectiva Internacional* é um instrumento de análise da luta de classe internacional.

E para isto, o time deste primeiro número é da pesada: Ernest Mandel, Daniel Bensaid, Michael Lowy, Andre Gunder Frank, Sérgio Rodrigues, John Ross.

Procure já a sua *Perspectiva Internacional*, fazendo sua assinatura. Editora Aparte, Rua Francisco Leitão, 57 • Fone: 852-8880.

• Assinatura anual: Cr\$ 1.200,00



EM TEMPO:

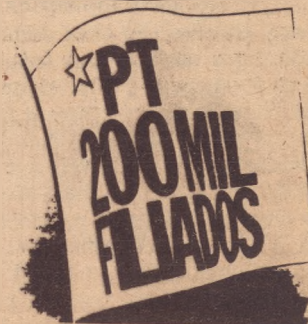
A Editora Aparte S/A •
Rua Francisco Leitão, 57
• CEP 05414
• Pinheiros • São Paulo

assinatura Cr\$ 1.500,00

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade:
Estado:

EM TEMPO:

FURO: balanço de 1982 e 1983



América Central urgente

Os EUA avançam rumo à intervenção militar

A CIA iniciou com ações de guerra a trilhar o caminho da intervenção imperialista na América Central. Duas pontes foram destruídas e houve ataques em vários povoados na Nicarágua. A imediata reunião dos dirigentes nicaraguenses e cubanos está articulando uma frente revolucionária para enfrentar a invasão e a guerra, ao mesmo tempo que procura negociar um plano de paz. O recrudescimento da crise parte do fracasso da ofensiva contra a FMLN em El Salvador, do avanço irresistível dos guerrilheiros e da falência das eleições preparadas pelos EUA e Napoleon Duarte. Na América Central, a hora da verdade está se aproximando.

Direto de El Salvador

O incêndio e as vésperas

"Se houver invasão, vamos fechar o espaço deste pequeno país, forçando tropas invasoras a usar territórios dos países vizinhos", nos afirmou um dirigente da FMLN.

Por Jean Claude Berger

Ressoa o barulho de detonações e de tiros e o uivo de sirenes de ambulâncias. Uma suave voz de mulher diz logo: "Essa tragédia tem que acabar. Há uma solução, teu voto." Eis um trecho de propaganda eleitoral que está sendo repetida inúmeras vezes nas estações de rádio salvadoreñas. Eleições e democracia contra a violência e a guerra: com essa fórmula, o governo salvadorenho esforça-se em apresentar uma alternativa política para o conflito. E os norte-americanos, os verdadeiros mentores da cerimônia eleitoral, esperavam conseguir, ao menos pelas urnas, a legitimação da junta cívico-militar que eles estão apoiando a um alto custo.

Entende-se que em El Salvador as soluções eleitorais pertencem ao passado. E nem a desejada legitimação do governo que formam os militares e o partido democrata — cristão é certa. Pois é bem provável que o presidente Napoleon Duarte seja derrotado nas urnas e que ganhe a ultra-direita, o que seria uma catástrofe para a política da Casa Branca. O estado de El Salvador baseia-se hoje sobre três pés: a ajuda americana que é imprescindível para a sobrevivência do regime, o exército salvadorenho, a Democracia Cristã.

Se agora a Democracia Cristã que para o exterior serve para dar a junta a aparência de moderação e de reformismo perde as eleições, todo o edifício de poder, sutilmente construído, corre perigo de desmoronar-se.

A ultra-direita com o temível major Roberto D'Aubuisson à cabeça, o homem que comanda os bandos paramilitares de El Salvador, seria para os americanos um aliado incômodo. Pois a administração de Ronald Reagan enfrentaria nos EUA e a nível internacional maiores dificuldades para justificar o apoio americano a um governo de declarada ultra-direita.

Um país invadido

Essas eleições são uma demonstração palpável que acabaram-se todas as soluções políticas para o imperialismo. Resta a intervenção direta como a última via para "salvar" El Salvador. Não há dúvida da determinação do governo americano. Recentemente, o embaixador americano em San Salvador evidenciou ainda mais a visão de Washington, dizendo: "Um governo marxista em El Salvador não significa necessariamente uma outra Cuba. Poderia ser um Vietnã ou um Camboja."

Já na atualidade a pequena república de El Salvador é um estado inteiramente dependente e, num alto grau, sob intervenção dos EUA. Mais que qualquer outro país latino-americano e em qualquer outra época. Não há iniciativa política que não fosse esboçada pelo Departamento de Estado. Dependência também na economia, seriamente danificada pela guerra. Créditos americanos tornam ainda possível a exportação de café, açúcar e algodão apesar de que El Salvador não consegue mais cumprir suas quotas. E só os dólares de Washington mantêm em funcionamento o sistema de electricidade e a rede de rodovias que são um alvo preferido dos ataques guerrilheiros.

No terreno militar, a revolução já teria triunfado sem a ajuda americana. Nesse ano, chegarão ao pequeno país 166 milhões de dólares em ajuda militar. E a partir de maio três batalhões, treinados até o último soldado por instrutores americanos, estarão prontos. Militares americanos dirigem também a força aérea e a marinha e toda a oficialidade salvadorenha passou por escolas militares americanas.

Uma Situação de Empate

Como se sente, estando em El Salvador, essa guerra que já vai para dois anos e começou como uma luta fundamentalmente política entre as classes sociais? Para se ter uma idéia, é preciso sair da capital de San Salvador porque a guerra desenvolve-se sobretudo no campo. Viajamos numa estrada asfaltada na direção norte. Já depois de uns vinte quilômetros aparecem os primeiros sinais de guerra: soldados vigiam pontos importantes da rodovia e todas as pontes com medo de atos de sabotagem da guerrilha. Ao longo dessa estrada, já aconteceram vários combates. Muitos casebres de adobe foram por isso abandonados por seus moradores. À direita, pode-se ver o cimo da serra de Guazapa. Os vulcões com sua vegetação muito intensa são em El Salvador de uma beleza única, normalmente. Mas o de Guazapa hoje está devastado. Durante dez dias, o exército lançou uma ofensiva contra posições guerrilheiras espalhando um desfolhante, largamente usado no Vietnã. Mais o resultado foi o mesmo de todas as ofensivas anteriores do exército, sem nenhum efeito duradouro.

Há empate na guerra em El Salvador? Talvez no sentido de que nenhuma das

partes está em condições de dar o golpe final. Mas é um empate favorável à guerrilha da FMLN. Suas forças conseguem cada vez mais expandir suas ações fora das zonas de sua influência. A ocupação de várias cidades como parte da ofensiva que a resistência lança contra a realização das eleições é prova disso. Existem além disso na periferia de San Salvador comandos urbanos que estão muito ativos ultimamente.

Um novo dado é também a deserção nas fileiras do exército. Em cada unidade militar há hoje entre três e quatro oficiais que não obedecem mais inteiramente aos ordens do alto comando. O caso mais espetacular foi sem dúvida o ataque à Força Aérea no aeroporto de Ilopango, em janeiro passado. Destruir a metade da aviação, só foi possível graças à participação de oficiais. Hoje um coronel e um tenente estão presos e um capitão ficou gravemente ferido, estando agora sob guarda no hospital militar dia e noite.

Uma guerra global

A embaixada norte-americana em El Salvador defende a tese de que conseguiria controlar a guerrilha melhorando a capacidade de combate do exército e detendo o fluxo de armas para a guerrilha que vem do exterior. Mas, ao mesmo tempo, Washington está acelerando os preparativos para um possível envio de tropas. Honduras é o centro de operações tanto para uma intervenção em El Salvador como para uma invasão na Nicarágua. Aviões norte-americanos já conseguiram o direito de aterrisar no aeroporto de Tegucigalpa e há, como noticiou a imprensa americana, 95 instrutores norte-americanos em Honduras além de 22 argentinos. A intervenção criaria, com certeza, dificuldades para os EUA, pois o Congresso já agora mostra, principalmente por causa das permanentes massacres da população civil em El Salvador, pouca disposição a autorizar um aumento da ajuda militar. A política imperialista de Ronald Reagan que lembra o clássico "big stick" criou também sérios atritos com os países europeus.

Um dirigente do FMLN explicou-nos o que iria ocorrer no caso de uma intervenção: "Vamos fechar o espaço deste pequeno país, forçando as tropas invasoras a usar o território dos países vizinhos." A guerra regional será então completa.



Em todo o mundo, protestos contra a intervenção americana

Argentina

Exportando a contra-revolução

Os militares argentinos estão sendo a ponta de lança do imperialismo na América Central. Já a própria imprensa americana denunciou o fato de que oficiais sob os ordens do presidente Galtieri estão treinando forças repressivas em Honduras e El Salvador.

Um dia antes do assassinato dos quatro jornalistas holandeses, o embaixador salvadorenho em Buenos Aires fez um feroz ataque à imprensa internacional, responsável, segundo ele, pelo desprestígio do governo de Duarte e dos militares diante da opinião pública inter-

nacional. O grupo que assassinou os jornalistas se denominou Aliança Anticomunista, o mesmo nome da sinistra AAA (aliança anticomunista argentina) e o método usado no caso foi o mesmo que custou a vida de milhares de pessoas na Argentina.

No dia 19 de março, Noel Ernesto Jesus Vazquez, um nicaraguense de 47 anos, desertou do exército mercenário que está se preparando em Honduras para invadir a Nicarágua. O desertor convocou uma coletiva de imprensa em Tegucigalpa e além de confirmar os planos de invasão,

denunciou a presença de 22 militares argentinos no comando dos mercenários.

Ato de solidariedade aos trabalhadores argentinos

No dia 24 de março, ao completar-se o sexto ano da ditadura na Argentina, o TYSABE (Trabalhadores e Sindicalistas Argentinos no Exílio) e o CBS (Comitê Brasileiro de Solidariedade) convocaram um ato de solidariedade no Sindicato dos Bancários de São Paulo. Estiveram presentes diversos dirigentes sindicais e políticos, organizações democráticas e de defesa dos direitos humanos.

Mercenários atacam a Nicarágua

A revolução se defende

A decretação do estado de emergência na Nicarágua pelos sandinistas é uma resposta necessária e legítima diante da reação armada da burguesia.

Por Marcelo Zugadi

O governo da Frente Sandinista de Libertação Nacional decretou o "estado de emergência" na Nicarágua. Proibiram-se os noticiários na rádio e na televisão e os jornais são censurados. Também foram proibidas as viagens ao exterior. Há um estrito controle nas rodovias, nas pontes, usinas e nos outros lugares considerados vitais para a economia e para a defesa militar do país.

A drástica medida foi adotada pelo governo sandinista depois que um comando contra-revolucionário explodiu duas pontes perto da fronteira com Honduras. Os terroristas fazem parte de um exército mercenário formado por ex-membros da guarda nacional somozista, financiado pela CIA, dirigido por oficiais argentinos e instalado em Honduras, centro escolhido pelos EUA como base para a tarefa contra-revolucionária na região. Os mercenários, que contam com uma rádio nas proximidades de Tegucigalpa, a capital de Honduras, anunciaram desde o começo do mês sua intenção de invadir a Nicarágua para "libertá-la".

A própria burguesia nicaraguense, temerosa da reação das milícias populares, viu-se obrigada a apoiar as medidas de emergência. É evidente que a contra-revolução na região tem exigências diferentes às necessidades específicas da contra-revolução na Nicarágua. Porém, não houve sinais de que a burguesia estaria disposta a recompor uma frente com o sandinismo para se opor à invasão imperialista.

A invasão já começou

Na sua última edição, EM TEMPO denunciou que a CIA, através dos militares argentinos, preparava uma ação armada que servisse de pretexto para atacar a Nicarágua a partir do exterior, como parte de um plano contra-revolucionário para a região. A inevitabilidade da reação imperialista, dissemos, parte da impossibilidade de derrotar a FMLN salvadorenha apenas com as forças armadas desse país, do avanço das forças revolucionárias na Guatemala e da unidade objetiva desses processos com a Nicarágua e com Cuba, cuja direção política é evidente hoje no conflito global entre a revolução centro-americana e a reação imperialista.

Ora, a invasão já começou. As ações do

exército mercenário são qualitativamente diferentes da ajuda econômica ao governo de Duarte e o envio de "assessores" a El Salvador. Embora vacilando pelas próprias contradições internas, a enorme pressão internacional e a temível capacidade militar dos revolucionários na América Central, o imperialismo deu o passo inicial da guerra.

O governo sandinista respondeu à altura: mobilizou os 80 mil combatentes das Milícias Populares, ordenou a preparação de trincheiras e abrigos anti-aéreos, reclamou a convocação de uma reunião especial da ONU para denunciar a iminente invasão e mandou seus principais dirigentes a Cuba para coordenar os passos com Fidel Castro.

Um processo inexorável

A declaração do "estado de emergência" trouxe mais uma vez a discussão do caráter da revolução nicaraguense e a natureza da sua direção.

A direita diz que isto confirma que os sandinistas são os novos ditadores da Nicarágua; os bem-pensantes à procura sempre do "novo", sentem-se desenganados porque, ao fim, esta revolução "diferente", feita por revolucionários "não dogmáticos", capazes de deixar espaço para os burgueses e seus partidos, acaba sendo como todas e entra no caminho da limitação das liberdades para acabar no "leninismo". E os revolucionários de manual advertem-nos que o estado de emergência é uma medida tardia e sem valor porque ainda não foi expropriada a burguesia.

Na medida em que os capitalistas estão dispostos a se opor a um governo dos explorados recorrendo às armas — é isso o que está acontecendo na Nicarágua, mais além das divergências táticas que a burguesia possa ter com o acionar da CIA — a revolução não tem outra alternativa senão responder no mesmo terreno. Desde a censura de imprensa até o paredão, segundo a forma e a intensidade da reação. O processo é inexorável e não depende da vontade ou do gosto dos dirigentes. A transformação social provoca a reação armada dos privilegiados. Trata-se de se definir perante a necessidade das maiorias governarem no seu próprio interesse. Não são elas, nem os marxistas, os que escolhem os métodos. Pelo contrário, é a negativa da bur-

guesia em aceitar a democracia, o governo das maiorias, é a sua decisão de tomar as armas para defender a exploração e o lucro capitalista, o que impõe a necessidade de responder com a força.

Maturidade política

A ditadura contra os burgueses dispostos a tomar as armas contra a revolução é, assim a contra-partida da democracia para as massas. E tanto mais necessária é a democracia socialista quanto mais forte é a reação.

Duas são as características particulares da revolução nicaraguense: a liquidação total do poder militar da burguesia junto com a queda de Somoza (o que deixou como única alternativa a intervenção militar a partir do exterior) e o fato da revolução ter uma interdependência da evolução política dos países vizinhos muito maior do que qualquer outra revolução anterior.

É o mérito dos sandinistas ter sabido sincronizar seus passos com o relógio da revolução centro-americana. Mas não foi pela sua falta de dogmatismo — de todas maneiras marcante — que deixaram um amplo campo de manobra política à burguesia. Eles não deixam agora de serem anti-dogmáticos por apertarem o punho. E muito menos foi pela falta de decisão de avançar pelo caminho do socialismo. Ao tratar de ganhar o máximo de tempo possível para conscientizar e armar o povo e aguardar o desenvolvimento da revolução em El Salvador e Guatemala, os dirigentes da FSLN mostraram não só maturidade política mas sobretudo uma compreensão profunda do caráter social e internacional da revolução.

Cuba e Nicarágua, desde a queda de Somoza, vêm preparando o enfrentamento nesse terreno. E tudo indica que o dia D chegou. A revolução e a contra-revolução no continente americano estão se enfrentando na América Central e no Caribe. O choque vai repercutir em cada país. O desenvolvimento e o resultado deste confronto vão marcar a sorte dos trabalhadores de todos os países americanos. Por isto, é imprescindível se incorporar plenamente à batalha e dar à vanguarda e direção desse combate histórico o apoio político, moral e material que necessita.

GAÚCHOS

A campanha sai
prás ruas

Com a participação de 117 delegados de 73 cidades do interior e 8 zonais da capital, foi realizada no último fim de semana, a pré-convenção do PT mineiro.

Os debates desde o primeiro dia delimitaram as duas principais questões que marcaram todo o encontro: a tática eleitoral do partido e a proposta de plataforma nacional.

Foram apresentadas duas plataformas. A primeira, da Comissão Executiva estadual, procurava absorver as contribuições das outras convenções estaduais já realizadas: a de São Paulo, no método de exposição dos pontos programáticos, partindo dos problemas mais concretos vividos pela população (alimentação, habitação, saúde e educação) até chegar às questões mais gerais do poder; a do Rio e, principalmente, do Rio Grande do Sul pelo seu conteúdo anti-ditatorial e anti-capitalista, que define claramente o papel das eleições para o PT.

A segunda proposta, assinada por um membro da Executiva estadual e petistas ligados aos jornais **O Trabalho e Convergência Socialista**, não divergia fundamentalmente dos pontos programáticos da proposta da Executiva, segundo os próprios signatários do documento. A principal diferença estava no tom, um tanto doutrinário.

Nas discussões em grupo, os delegados definiram a plataforma da Executiva como documento-base, as divergências principais centrando-se nos pontos programáticos: Assembléia Constituinte; Cancelamento ou Renegociação da dívida externa. E, apesar da proposta da Constituinte ter sido vencedora em todos os grupos de discussão do documento-base, foi derrotada por 32 a 28 votos, num plenário esvaziado domingo à noite já no final da pré-convenção; e a proposta de cancelamento da dívida externa ganhou por 27 a 21 votos (ver resumo da proposta na edição passada do **EM TEMPO**).

A divergência sobre a tática eleitoral foi mais grave, na medida em que recoloca a discussão sobre o perfil classista do PT. Até agora a Executiva e o Diretório do PT mineiro vinham se empenhando em aplicar a tática eleitoral definida nas pré-convenções estadual e nacional, sintetizada na "Carta Eleitoral do PT": "não haverá candidatos no Partido mas sim candidatos do Partido. Nem haverá campanhas

desse ou daquele candidato, mas campanhas do Partido".

Baseado no princípio de utilizar o momento eleitoral para o "fortalecimento de sua estruturação orgânica, ampliando as filiações, nucleando e implantando o Partido em áreas extensas do interior", a tática para as eleições é "uma particularização da tática geral do Partido e deve, por isso, estar em correspondência com os rumos gerais da tática de acumulação de forças através do fortalecimento das lutas sociais" (Carta Eleitoral, grifo nosso).

A posição da direção: o PT deve lançar maior número de candidatos, se possível todos que a legislação permite.

Por isto, "para que a chapa seja eleitoralmente viável, o PT deverá lançar o maior número de candidatos, se possível todos que a legislação permite". (Carta Eleitoral, grifo nosso).

Em Minas, este esforço de implantar a tática eleitoral significa ter no mínimo uma chapa de 40 candidatos a deputado federal e 80 a deputado estadual, com pelo menos um candidato a deputado federal e estadual nos municípios com mais de 20 mil habitantes na sede. No

Por Mauro Borges e Hamilton Bueno

balanço apresentado na pré-convenção estadual, nem 50% desta meta fora cumprida até agora, ou seja, existem apenas 17 candidatos a deputado federal e 42 a estadual.

Tendo em vista a precariedade da situação, a proposta da direção foi de adiar o lançamento dos candidatos proporcionais para uma nova pré-convenção no último domingo de maio, dia anterior à convenção oficial do partido para o lançamento de candidaturas. Neste período de 2 meses, seriam organizadas viagens dos membros do Diretório para todo o estado, discutindo nos diretórios zonais e municipais a importância política dos candidatos operários e camponeses para viabilizar a tática eleitoral do partido, até agora os mais resistentes a aceitar candidaturas, principalmente, para a Câmara e a Assembléia Legislativa.

Em contraposição, a esta visão, um membro da direção estadual, Apolo Heringer, e alguns diretórios municipais, fizeram um questionamento mais geral da tática eleitoral, propondo o lançamento imediato dos candidatos proporcionais definidos até agora. Segundo Apolo, o Pacote Eleitoral do governo municipalizou as eleições com a vinculação total de votos. Por isto, seria necessário uma nova tática eleitoral, que principalizasse os melhores candidatos do partido — em especial operários e trabalhadores rurais — para os cargos municipais, prefeitos

Distribuindo vários milhares de panfletos com o "manifesto pela unidade dos trabalhadores" e a conclamação para o voto nos candidatos do PT: Olívio Dutra para governador e Raul Pont para o senado; cerca de trezentos petistas na quarta-feira dia 17/03 portando coloridas faixas, camisetas e bonés do partido desfilaram nas ruas centrais de Porto Alegre.

Com seu candidato ao senado e vários membros da direção regional à frente, a caminhada, organizada pela interzonal, tinha o objetivo claro de dar continuidade e massificar a campanha do PT, que desde a pré-convenção estadual, onde foram lançados os nomes às eleições majoritárias, vem se realizando através de sistemáticas idas aos municípios do interior do estado, fortalecendo e ampliando a estrutura do partido.

Cantando palavras-de-ordem e músicas onde o tom era dado pelo chamamento à organização independente dos trabalhadores, os petistas desmistificaram a campanha do voto útil no PMDB, denunciaram as manobras eleitorais do governo e sua política econômica que sempre recai nas costas dos trabalhadores.

"As eleições não são o fim, o objetivo da construção do PT... a sua proposta vai muito além de novembro: vai às vilas, ruas, fábricas, escolas e ao campo; onde houver exploradores o PT vai organizar os explorados. Votar útil é votar na sua própria organização, votar útil é votar no PT", disse Raul ao iniciar a caminhada.

Olívio Dutra, presidente do partido e candidato ao governo só não participou da manifestação por estar fazendo roteiro pela América Central de solidariedade e divulgação do partido.

(Gerson Almeida)

Pré-convenção mineira Tática eleitoral do partido X tática eleitoreira no partido

Os resultados do encontro mineiro foram contraditórios: por um lado aprovou-se a mais ampla, completa e contundente proposta de plataforma nacional dentre as surgidas nos vários estados; mas por outro, na questão da tática, o PT mostrou-se dividido entre uma concepção majoritária que deseja construí-lo como partido mesmo, e uma minoria ativa que insiste a qualquer custo em moldá-lo como uma mera frente eleitoral.

dor Valadares, cidade com mais de 100 mil habitantes na sede: lançar candidatos da própria cidade apenas a vereador e prefeito e apoiar... Apolo Heringer (!) para deputado federal, que não é da cidade nem da região.

Os efeitos políticos seriam, igualmente desastrosos. Em primeiro lugar, o partido correria um sério risco de não se legalizar no estado, não atingindo a meta de 5% dos votos, reduzindo sua bancada no parlamento a 1 ou 2 deputados federais e 2 ou 3 deputados estaduais. Em segundo lugar, o eixo político da campanha não seria dado pelas candidaturas majoritárias e proporcionais, o que significaria a diluição do combate à ditadura na discussão dos pequenos problemas municipais (esgoto, asfalto, luz etc.).

Depois de intensa polêmica

A proposta de manter a tática original do partido e de não lançar imediatamente as candidaturas proporcionais, defendida pelo Secretário Geral João Batista dos Mares Guia, foi vitoriosa. Mas neste momento o clima interno do plenário estava bastante tenso, provocado por algumas intervenções pouco dignas. A tensão se agravou mais ainda no momento da apresentação dos candidatos majoritários, quando algumas intervenções infelizes aguçaram o clima de desconfiança e de falta de solidariedade dentro da pré-convenção. E, a tal ponto o clima interno se deteriorara que, no calor das discussões, João Batista renunciou ao cargo de Secretário Geral do partido.

Quanto às candidaturas aos cargos majoritários 6 nomes foram levantados, debatidos, e mantidos para a discussão interna até que a próxima pré-convenção defina a chapa que concorrerá ao governo e senado de Minas. São eles: Luis Soares, Elcio Reis, Sr. Joaquim, Virgílio Guimarães, Helena Greco e Sandra Starling.

Por fim, Apolônio de Carvalho, membro da Executiva Nacional presente à pré-convenção, encerrou o encontro chamando a atenção para que se as dissensões havidas na pré-convenção eram indesejáveis, porém, elas nem de longe, comprometiam a unidade e solidariedade de todos aqueles que se colocavam sob a bandeira do PT. Por isto, acreditava, todos estes problemas seriam superados, a partir das orientações de trabalho ali deliberadas democraticamente pela maioria dos delegados.

e vereadores. Seriam os candidatos municipais que "puxariam" votos para deputados, senador e governador. Neste sentido, deveriam ser lançados apenas candidatos "viáveis" para deputado federal e estadual, o que significa na prática uma chapa composta principalmente por assalariados médios, como os atuais candidatos existentes.

A "nova tática" da oposição: o pacote do governo municipalizou as eleições; assim o PT deve centrar-se nos nomes "viáveis".

Esta posição, antes de mais nada, significaria contribuir para o eleitoralismo dentro do partido, já que privilegia a tática eleitoral em relação à tática geral do PT.

Outra consequência dessa proposta é reduzir para metade a meta anterior para as chapas de candidaturas proporcionais, uma vez que os candidatos "viáveis" possivelmente tenderiam a viabilizar sua própria candidatura, negando o princípio básico da tática eleitoral de que "não haverá candidatos no Partido mais sim candidatos do Partido". Um exemplo dessa "nova tática" é a proposta do diretório de Governador

Perly Cipriano

Indicado pela pré-convenção estadual como candidato do Partido dos Trabalhadores ao governo capixaba, Perly Cipriano, tem participado ativamente da construção do PT, desde o final de 79, quando, depois de 10 anos, preso pela ditadura foi libertado.

Mineiro de nascimento, mas vindo para o Espírito Santo com um ano de idade, Perly tem participado da vida política do Estado, desde a juventude. Foi em 1964, representante dos estudantes secundaristas na Frente de Mobilização Popular do Espírito Santo em 1966, vice-presidente da UEE-ES. Antigo militante político, pertenceu ao Partido Comunista e depois à ALN. Ainda na prisão, participou de diversas greves de fome, não deixando se abater frente aos desmandos da ditadura militar. E lá mesmo, participou dos primeiros debates que se travaram para a construção do PT. Tão logo foi libertado se engajou totalmente no trabalho de criar o partido. Membro da Executiva do Diretório Regional e também do Diretório Nacional do PT, ele fala, nesta entrevista concedida ao EM TEMPO, da necessidade do PT assumir a luta por um Governo dos Trabalhadores e pela Constituinte.



Perly: "O partido não pode fugir à questão do poder"

Nossa meta é um governo dos trabalhadores

A pré-convenção estadual aprovou, por grande maioria, a inclusão do Governo dos Trabalhadores na Plataforma Nacional do PT. Como você vê isso?

— Fui um dos defensores desta proposta e considero a inclusão como um fato muito positivo. É uma forma de intensificar a politização dentro do partido. Temos que ter muito cuidado, para que esta proposta não seja deturpada, pois entendemos que Governo dos Trabalhadores é um governo de uma sociedade socialista.

— E a questão da Constituinte que, apesar de aprovada na pré-

convenção municipal de Vitória, foi rejeitada a nível Estadual?

— Também é outra bandeira que precisa ser bem trabalhada. Ela pode ser um elemento importante na nossa luta, se tivermos capacidade política de colocá-la de maneira que os trabalhadores possam entendê-la e assumi-la. A constituinte serve para uma politização maior das nossas lutas e do Partido.

— Como você vê as resistências que alguns membros da direção nacional do PT têm sobre a defesa destas duas bandeiras?

— É provável que alguns companheiros tenham que a proposta de Constituinte pregada pelos libe-

rais tenha mais força e mais aceitação, do que a proposta defendida por vários setores dentro do PT. Mas este é um desafio que temos que aceitar. Temos que mostrar que os trabalhadores tem uma proposta diferente da dos liberais. Existe também o medo de que o partido se volte para estas questões e deixe de lado outras questões importantes...

— Do jeito que você está falando, dá a impressão que não existem visões diferentes. Fica como se os companheiros que não concordam com estas questões, se baseassem mais no medo do

partido se perder em discussões teóricas. Você não acha, que na verdade existe é uma resistência em colocar a questão do poder?

— A questão do poder é a questão central da política. Todo e qualquer partido político tem que aspirar e se preparar para exercer o poder político. Não se pode falar em política sem falar no poder. O PT já avançou muito neste campo, mas muito ainda tem que desenvolver. E isso tem que ser feito para que todos os militantes possam entender claramente esta questão.

Sempre existe a tentação e o

perigo de se ficar na questão periférica. Tentando fazer remendos e não atacar o problema central. A questão do poder não é administrativa e muito menos técnica. É essencialmente política.

Devemos apresentar propostas que garantam maior participação dos trabalhadores na administração, mas sem perder de mente que mesmo melhorando a situação da saúde, da educação e do transporte, nós trabalhadores, continuamos sendo vítimas da ditadura militar e do sistema capitalista. E que a saída real é a sociedade sem explorados e exploradores.

SINDICAL

Ato contra o "Pacote" da Previdência Um protesto solitário

Em Canoas, Rio Grande do Sul, um ato massivo contra o Pacote da Previdência deu o exemplo que não foi seguido pela maioria dos sindicatos brasileiros. Foi o único no país em que este protesto se efetivou. Nos outros estados, o dia 12 de março, ou passou totalmente em "brancas nuvens" ou foi um completo fiasco como em São Paulo.

Neste estado, centro nervoso do movimento operário brasileiro e palco de memoráveis lutas e mobilizações, o ato marcado pela Comissão Nacional pró-CUT e que deveria ser convocado pela Comissão Sindical Única (CSU), foi um fracasso absoluto: compareceram 25 trabalhadores e um dirigente sindical, que por motivos óbvios não realizaram o ato.

Na hora de dar nomes aos bois e avaliar o acontecido, todos tiram o corpo fora, mas o certo é que tanto a CSU/SP quando a própria Comissão Nacional pró-CUT estão numa pasmeira de causar medo.

No dia 12 de março, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, cerca de quinhentos trabalhadores, sessenta representantes de Sindicatos e Associações de Bairro compareceram

ao ato de protesto contra o "Pacote Previdenciário".

O ato foi promovido pelo Sindicato dos metalúrgicos de Canoas, Novo Hamburgo e São Leopoldo, cumprindo as decisões tiradas no Encontro Extraordinário dos Trabalhadores do RGS, no dia 13 de fevereiro deste ano. (ver ET nº 145).

Os oradores não pouparam críticas ao governo. Paulo Paim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, sintetizou bem o espírito dos vários discursos ao afirmar "que só uma mobilização efetiva de todos os trabalhadores, nacionalmente, é que terá condições de mudar esta situação caótica em que os trabalhadores se encontram."

Críticas ao Imobilismo

Foram também criticados o imobilismo e o oportunismo das Federações e Confederações que tentam canalizar para si as manifestações e os atos de protesto dos trabalhadores mais combativos.

Não escaparam das críticas a Intersindical/RS e, principalmente, a Comissão de Mobilização eleita em fevereiro para encaminhar os atos públicos no dia 12 de março e que, simplesmente, se omitiram não assumindo a realização dos mesmos.

A iniciativa dos sindicatos de Canoas, São Leopoldo e Novo Hamburgo, portanto, foi exemplar no cumprimento das deliberações da Comissão Nacional pró-CUT e do encontro de fevereiro.

A reunião apresentou saldos positivos, pois além do protesto e da preparação das outras mobilizações, os sindicalistas presentes encaminharam a formação de uma comissão de sindicalistas e trabalhadores de base do Vale do Rio dos Sinos, para encaminhar lutas conjuntas na região, preparar o 1º de maio e a intervenção nos Encontros Estaduais próximos e na II CONCLAT. (da Sucursal).

Julgamento

O PM que assassinou Santo Dias da Silva, o operário metalúrgico que morreu durante a greve de sua categoria em 1979, quando participava de um piquete será julgado dia 7 de abril.

O Comitê "Santo Dias da Silva", formado por companheiros do metalúrgico assassinado convocam todos aqueles que lutam pela justiça e pela liberdade, para comparecerem ao julgamento.

Construção Civil/SP Categoria enganada

Teve início e praticamente já acabou a campanha salarial deste ano dos trabalhadores da Construção Civil de São Paulo, cujo dissídio é em 1º de maio. Uma das maiores categorias do operariado brasileiro — mais de 170 mil trabalhadores — tem em sua dispersão, na inexistência de um passado recente de lutas e no atrelamento de seu sindicato, as maiores barreiras para se conseguir um acordo salarial que alivie ao menos parcialmente a situação de miséria de seus componentes.

Assembléia Fascista

Por outro lado, a Oposição Sindical que participou das últimas eleições sindicais é ainda muito frágil, pouco implantada nas obras e pouco reconhecida pela categoria, por não ter sido testada à frente de lutas concretas.

O resultado da primeira e única assembléia não poderia ter sido outro. O sindicato super-pelego (é criticado até mesmo pelo Joaquinão, dos metalúrgicos de São Paulo), convocou para a assembléia apenas a sua curriola, composta essencialmente de aposentados e de meia dúzia de

trabalhadores das obras onde estão os pelegos.

A oposição, por sua vez, trouxe muito pouca gente, embora tivesse, no período anterior, conseguido reunir um número expressivo de novos companheiros.

"Assistência sindical"

A assembléia conduzida de maneira fascista (todas as votações eram aprovadas por "unanimidade", não importando os votos contrários), aprovou todas as propostas do pelego, que abrangiam 15% de aumento acima do INPC, estabilidade de um ano etc... Propostas em sua essência boas, mas que serão negociadas e decididas pela pelegada do sindicato e da federação. Não haverá sequer uma outra assembléia para discutir a contraproposta patronal.

Frente a essa situação absurda, a categoria pode esperar, além do reajuste insuficiente, mais um desconto de Cr\$ 500,00, a título de "assistência sindical" que irão diretamente para o bolso dos pelegos e de seus amigos do DOPS, presentes em massa na assembléia.

(Jayme Brenner)

Professores/RGS

Terror derrota a greve

O terror espalhado pela prepotência, pela ameaça e pela chantagem fez recuar no segundo dia a greve dos professores do ensino do 1.º e 2.º graus do Rio Grande do Sul. A greve que se iniciou no dia 22 de março e que pretendia se prolongar pelo prazo de cinco dias enfrentou desde antes do seu início uma intensa campanha de intimidação através dos principais jornais gaúchos e por panfletos jogados de aviões nas maiores cidades do estado; já no primeiro dia era decretada ilegal pelo ministro Murilo Macedo e se anunciava a intervenção no Centro de Professores do Rio Grande do Sul (CPERS). No dia 23, uma assembleia extraordinária que contou com a presença de oito mil professores decidiu pelo fim da greve.

Os professores gaúchos haviam entrado no ano de 1982 com uma dívida a cobrar do governo Amarel de Souza. Durante o último acordo salarial, o governador havia se comprometido a instituir um piso salarial de 2,5 salários-mínimos a partir de janeiro deste ano. Mas no final de 1981, Amarel de Souza anunciou que a arrecadação financeira do estado não seria suficiente para cumprir o acordo, o que equivalia a uma bofetada na cara dos professores gaúchos.

Derrota parcial

Na quinta-feira, dia 18, uma assembleia de 24 mil professores decidiu por uma greve de protesto com duração definida de cinco dias. Os professores polarizam-se em torno a duas alternativas, que já evidenciavam os impasses do movimento: greve por tempo indeterminado, o que pressuporia uma capacidade da categoria em se dispor a um enfrentamento decisivo com o governo, ou uma greve de cinco dias que teria o sentido de pressão. Dezesesseis mil professores optaram pela segunda alternativa, numa demonstração de que, apesar da assembleia numerosa (possivelmente uma das maiores que se tem notícia no período recente do sindicalismo brasileiro), a categoria ia para a luta insegura.

A proposta aprovada se revelou duplamente problemática. De um lado, expunha os professores a um embate no qual o governo entraria com todas as suas armas de pressão (ameaças, punições etc) enquanto o professorado entraria sem as forças teóricas para um teste decisivo; de outro, nem mesmo uma assembleia unificada foi marcada para o dia do final previsto da greve, para dar uma mínima referência de continuidade para o movimento.

A ameaça de intervenção prestes a ser desencadeada funcionou então como um fator decisivo para o fracasso do movimento. Os professores gaúchos voltaram às aulas sem a reivindicação atendida e com um grito de raiva preso na garganta.

O resultado veio expor os problemas na condução da entidade imprimida pela atual diretoria que seguramente são recentes. Já na assembleia que decidiu pelo final da greve, começou a brotar a ideia de que é preciso criar a oportunidade para uma avaliação mais ampla e profunda das debilidades que conduziram a essa derrota parcial do movimento.

Funcionalismo público/SP

A greve do ódio a Maluf

Pela terceira vez em cinco anos, os funcionários públicos vão à greve. Uma greve política, cheia de revolta contra a exploração e os insultos do governo Maluf.

Médicos, oficiais de justiça, atendentes, professores, escriturários, serventes, mais de seis mil pessoas lotaram o sindicato dos metalúrgicos de S. Paulo, no dia 17 de março, para a assembleia que deflagrou a greve do funcionalismo público paulista.

A greve estava no coração de todos: o magistério já havia deliberado indicativamente pela greve de uma semana, do dia 22 à 26. O Hospital das Clínicas reconhecido pela tradição de luta e combatividade, havia já marcado greve para o dia 18. O pessoal dos postos de saúde, funcionários da USP, oficiais de justiça, Instituto Adolfo Lutz, todos posicionavam-se pela greve em suas assembleias setoriais, variando apenas a data de sua deflagração.

Apesar de muitos acreditarem serem remotas as possibilidades de um reajuste salarial significativo este ano, o sentimento anti-malufista, foi um motivo forte o bastante para a decretação da greve. Os servidores, por unanimidade, rejeitaram a proposta de reajuste proposta pelo governo e deliberaram pela greve, marcando seu início para o dia 22 de março.

Levando em conta o fato de estarmos em um ano eleitoral e as dificuldades de centralização e organização de uma categoria como a de funcionários públicos, o movimento ganhou a característica de uma greve ativa. Sua abertura foi marcada por uma grande concentração na Praça da Sé e uma longa passeata pelo centro da cidade.

Os servidores têm buscado o apoio da população em toda parte: nas feiras, postos de saúde, reuniões com pais nas escolas, e a solidariedade é imediata. Em cada canto a expressão anti-governo encontra eco: "É preciso acabar com essa exploração";



"todos deviam fazer o mesmo para mudar esse governo".

A repressão

E o governo está jogando duro na repressão ao movimento. No Hospital das Clínicas, ameaçou de demissão todos os grevistas, chegando a abrir inscrições para os cargos onde haja algum grevista. Na Secretaria da Fazenda, os funcionários foram trancados a chave dentro do prédio, que foi cercado pela Polícia Militar. Em algumas cidades, como a de Marília, os supervisores de ensino percorrem as escolas acompanhados de agentes do DOPS para levantar o nome dos professores em greve.

O movimento procura reagir construindo sua unidade. E isso é uma diferença marcante com as experiências anteriores. Em 79, o movimento permaneceu setorizado, sendo articulado apenas por uma comissão de duvidosa

representatividade, onde todos os setores tinham o mesmo peso, independente de sua importância política e numérica. O voto era para todos, até mesmo para aqueles que não estavam em greve. Agora, além do movimento ter sido deflagrado por uma assembleia geral do funcionalismo; e da FEPASP ter assumido algumas funções de centralização, o movimento é coordenado por um comando de mobilização composto por representantes de diversas categorias.

Greve artesanal

No entanto, o movimento tem ainda grande carência organizativa. Conta ainda acima de tudo com a combatividade da categoria e das suas lideranças, mas a infra-estrutura da greve é acima de tudo artesanal. O funcionalismo não tem sequer como garantir uma paralisação muito prolongada. O salário de fome —

o mesmo que levou o servidor à luta — é a maior pressão também contra a greve. Daí a necessidade dela ser intensamente mobilizadora da opinião pública e essencialmente política.

Quem puxa e sustenta a paralisação são os setores ligados à saúde, e educação. Os professores, que foram a base do movimento nos anos anteriores, agora mostram-se muito cautelosos e a direção de sua entidade representativa — a APEOESP — tem se mostrado aquém das necessidades de direção e unidade do movimento.

De toda maneira, para uma categoria com uma grande desigualdade de organização e mobilização, que já passou por duas experiências grevistas, a greve foi sem dúvida um sucesso. Durante esta semana, ela deve prosseguir até a realização de uma assembleia para discutir os rumos do movimento.

(Luci Ayala)

Humilhados e ofendidos

Servidores
Aumento salarial em São Paulo

Ano	Inflação	Reajuste
1972	33,0 %	20%
1973	20,9 %	20%
1974	27,0 %	20%
1975	35,9 %	30%
1976	31,2 %	30%
1977	55,5 %	17 a 40%
1978	38,6 %	38 mais 20%*
1979	44,0 %	Cr\$ 2.400,00**
1980	77,25 %	56,25%
1981	120,5 %	82,5%
1982	94,7 %	77,3%***

Fonte: DIEESE e Associação dos Funcionários Públicos do ESP.

* A concessão de 20% a mais no reajuste deu-se após as greves do HC

• MS

** Trata-se do abono fixo de Cr\$ 2.400,00 com a greve de um mês

*** O reajuste anunciado foi de 40%, em março, e 40%, em julho, parcelamento que leva a um aumento de 77,3%.

O funcionalismo público reivindica um reajuste de 140%. Desde a implantação da ditadura militar em 1964 até 1978, os funcionários do estado mais rico do país sofreu uma perda salarial anual de aproximadamente 4,6%. Nos anos seguintes, já sob o governo Maluf, o aviltamento do salário dos funcionários cresceu a uma escala de 14,2% por ano. Há algum mistério no fato de que esta greve do funcionalismo traga um tal ímpeto de raiva contra a ditadura, encarnada na figura deste rei da patifaria que é Maluf?

Há é certo, entre os 450 mil funcionários do estado de São Paulo, os filhos do malufismo, aqueles bem remunerados lotados principalmente nas empresas de economia mista ou ocupando cargos de confiança. Mas estes são a ínfima minoria. A grande maioria é como Luis S. E., de 31 anos que exerce há quatro anos a função de oficial de Justiça,

onde trabalha 24 horas por dia, às vezes até sábado e domingo, para ganhar uns míseros 32 mil cruzeiros. Ou como Maria F., de 24 anos, que trabalha como pajem numa creche da Prefeitura em São Miguel Paulista e que recebe 17 mil por mês.

O que deve passar pela cabeça de um funcionário como esse em greve quando ouve do chefe da Casa Civil, Calim Eid, a acusação de que o seu protesto é obra de subversivos financiados por "dólares (sic) de Moscou"? Ou quando recebe na cara a ameaça de que será punido, afastado sumariamente? Ou quando ouve Maluf argumentar seguidamente que o reajuste oferecido pelo governo vale 96% e não 74%, mentindo e fazendo descaço da capacidade de discernimento do funcionalismo?

Ah! Maluf. Não sabes nada desse ódio sagrado, dessa revolta que vai tomando conta de toda essa gente.

São Bernardo

João Ferrador arregaça as mangas

No dia 28 de março no estádio de Vila Euclides, a assembléia dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo define um marco decisivo para a campanha de 500 mil operários do estado. E toda a classe trabalhadora do país está de olho no ABC.

Por Regis Moraes



As principais reivindicações dos metalúrgicos são as seguintes: estabilidade no emprego; reajuste e aumento de salário trimestrais; representação sindical dentro das empresas; piso salarial (41 mil); salário profissional; redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Além disso, há uma pauta de reivindicações dirigida ao governo, baseada, fundamentalmente nos pontos definidos pela CONCLAT.

Desde o início da campanha, voltou a ocorrer a separação entre o ABC e a Federação (estadual) dos metalúrgicos. Só que, desta vez, são sete os sindicatos fora do "acordão": S. Bernardo, S. André, S. Caetano, Itú, St. Bárbara do Oeste, S. José dos Campos, Ribeirão Preto. O fato é apontado por alguns pelegos e seus aliados reformistas como uma divisão provocada por "uns poucos sindicatos".

O que no entanto esses especialistas de ilusionismo sindical escondem é que "os poucos sindicatos" reúnem 350 mil dos 500 mil que estão em campanha. Quem divide? Mas não é só aí que se mostra a dura tarefa dos pelegos e seus aliados, na tentativa de manter a classe trabalhadora desunida. A prática do ABC, e que se espalhou para outros centros, é a de reunir, organizar os operários para a luta. E a dos sindicatos que ficaram com a Federação? Esforçaram-se para fazer as assembléias aprovarem uma resolução na qual os operários atribuíam à direção do sindicato e da Federação o direito de negociar o acordo e assiná-lo. Quem divide a classe trabalhadora?

Aprendizagem

Os operários de S. Bernardo costumam dizer que, a cada ano, estão descobrindo uma forma diferente de luta. Em 1978, as greves dos "braços cruzados": entrar na fábrica, desligar as máquinas, assembléia no refeitório ou no pátio da empresa, negociação direta. Em 1979, greve geral da categoria, decretada em



Em São Bernardo, do sindicato que temos ao sindicalismo que queremos.

assembléia no estádio de Vila Euclides, assembléias diárias no estádio, ninguém vai às fábricas, a não ser para os piquetes de persuasão. Em 1980: aprendendo com a repressão do ano anterior, organização de reuniões por fábrica e bairro, formação de um comando de greve amplo, descentralizando as decisões de uma diretoria sindical exposta diretamente à prisão. Em 1981, como diz a diretoria, "aceitamos o acordo numa boa e não ganhamos nada, só perdemos".

Os operários de São Bernardo não estão desmoralizados nem esmorecidos. Procuram, isso sim, descobrir a forma de luta conveniente para 1982. Uma grande quantidade de "gente nova", que participou anonimamente das greves anteriores, aprendeu, com essas lutas, a "fazer sindicalismo". São esses os ativistas e o termômetro da briga.

De qualquer modo, algumas pistas começam a aparecer. Nos últimos oito meses, cerca de 25 mobilizações foram registradas na categoria, sendo que delas,

15 foram greves por fábrica. Os motivos foram: políticos (contra a condenação de Lula e seus companheiros), solidariedade (contra as demissões e, no caso da Volks, greve de um dia, em protesto contra a morte de um operário) e por condições específicas de trabalho e salário.

Nessas lutas, juntam-se duas formas de ação: a "espontânea" (mobilização independente da diretoria, ainda que resultado de sua propaganda, da aprendizagem anterior etc) e a organizada, isto é, aquela em que o diretor de base acompanhou e orientou diretamente alguns passos da luta. Essas formas de ação e os motivos de greve têm mostrado a possibilidade de juntar as lutas específicas e formas de organização na fábrica, com a campanha salarial, as lutas mais gerais, e a questão da organização do operário num nível mais amplo, o do sindicato, o inter-sindical e assim por diante. Isso aparece nitidamente no material impresso do sindicato, onde freqüentemente uma luta local é relacionada com a situação e pers-

pectivas mais gerais da classe trabalhadora brasileira.

Sindicalismo político

Talvez por esse motivo, se tem dito que o "sindicalismo de São Bernardo é político". Isso não é apenas papo de ministro do Trabalho. É conversa também de muitos sindicalistas conciliadores, que pretendem com isso "queimar" a "geração lulista". Na verdade, o sindicalismo autêntico é político, sim, em vários sentidos. Ele é político, por exemplo, na medida em que aponta, dentro dos enormes limites da estrutura sindical existente, um modelo de organização, de trabalho de base. Ele é político também na medida em que funciona como uma verdadeira cunha dentro do movimento sindical do país, empurrando-o para diante, apoiando articulações anti-pelegas e assim por diante. E é político também na medida em que não deixa de ostrar à sua base o caráter do governo que dirige o país.

As reivindicações mais sentidas e mais imediatas da classe trabalhadora em nosso país — salário, emprego, liberdade — se transformam, quase que imediatamente, numa questão de segurança nacional, e não é por simples "tara repressiva" dos generais. É que elas acabam exigindo uma discussão de toda a política econômica do governo. Nisso, ao que parece, os sindicalistas e políticos "anti-ABC" concordam. Só que, pelo jeito, eles acham que isso é tarefa "de políticos" e que a classe trabalhadora e seus organismos, devem respeitar as formalidades impostas pelo estado dos patrões. Os acusadores do ABC não primam nem mesmo pela coerência imediata. Afinal, quase todos eles se filiaram com grande estardalhaço em partidos políticos, inclusive o presidente do sindicato metalúrgico paulistano, o Joaquinão, atual dirigente do esquizofrênico PTB de Ivete Vargas e Jânio Quadros.

Como disse um operário da Ford, "o problema não é fazer política, mas qual política: a nossa ou a deles".

ABC do sindicalismo

A utilização da máquina sindical em proveito das mobilizações e organizações de base do movimento operário é uma lição que alguns sindicatos, como o de S. Bernardo, bancários de S. Paulo, e outros, tentam espalhar para outros pólos do país. A edição de boletins diários, informando e formando a categoria, e não apenas sobre seus problemas imediatos, é um exemplo.

A organização da campanha deste ano é outro. Primeiro, foram selecionadas 150 das 600 empresas da base, isto é, aquelas que reúnem 85% da categoria. Em seguida, um trabalho intenso de reuniões e assembléias por fábrica, grupos de fábrica e bairros, levando à discussão da plataforma reivindicativa, das formas de luta e à formação de uma comissão de mobilização, vín-



culo entre o sindicato e o interior das empresas.

A comissão de mobilização, que discute mais intensamente o encaminhamento da campanha, foi tirada em reuniões de fábrica, com membros eleitos, indicados ou apresentados voluntariamente, procurando-se estabelecer os seguintes critérios: a representa-

tividade na fábrica; o interesse do companheiro, candidato potencial à repressão dos patrões; estar empregado. Porém, alguns dos membros da comissão, mesmo sendo demitidos, permanecem nela, pela sua experiência de luta organizada, da qual a categoria não pode abrir mão.

E a Comissão pró-CUT?

Sem dúvida, uma campanha como a do ABC é uma questão nacional, em todos os sentidos. As greves de 1978-79-80, mostraram isso muito bem. Por isso, uma coordenação do movimento sindical nacional teria nela o maior interesse. Quando dizemos isso a Oswaldo Bargas, secretário do sindicato de S. Bernardo, ele coça a cabeça e diz: — "Olha, o movimento sindical em seu conjunto não tem conseguido assumir as lutas concretas da classe trabalhadora. Você veja quanta gente fala em

CUT e outras coisas e no entanto vota contra o interesse dos trabalhadores nos tribunais. Nós denunciemos esses falsos representantes nossos no TRT, por exemplo, no caso da Brastemp. Tá o nosso jornal, dando nome aos bois. Pois bem, na minha opinião a CUT seria um grande instrumento para organizar o movimento sindical, mas só vai ser um avanço se for construída participando das lutas reais e concretas. E isso não vale só para a CUT, vale para toda corrente ou articulação inter-sindical."

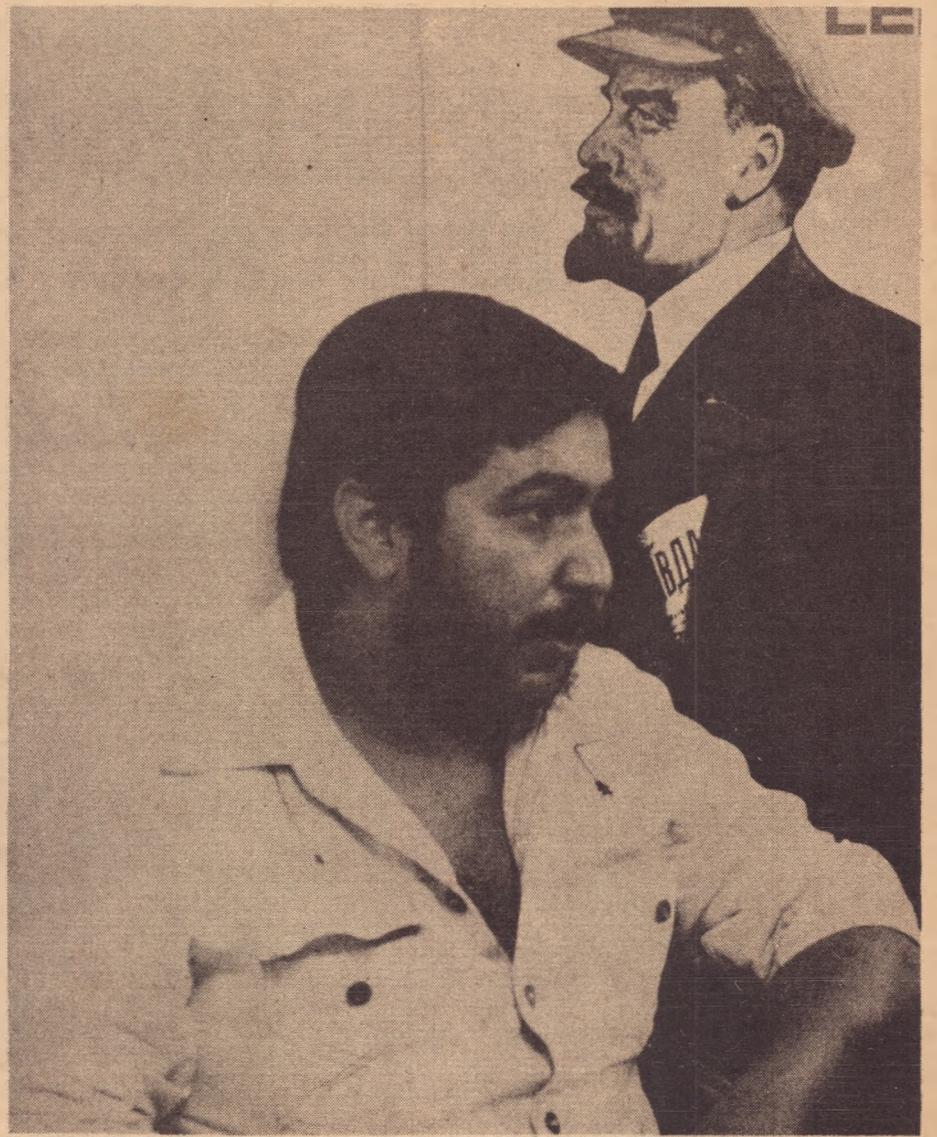
Numa recente reunião, a Secretaria Sindical Estadual do PT paulista praticamente decidiu dar a partida para a organização sindical estadual do PT. Para isso, optou pela realização de três encontros: um rural, um urbano e um unitário, logo após a realização do Encontro estadual do PT. Nas cidades maiores, serão realizados encontros por categoria profissional que terão direito a escolher dois delegados para o encontro sindical estadual. No interior, o mais provável será a realização de encontros por município. De todo o processo, poderão participar dirigentes sindicais, trabalhadores sindicalizados ou ativistas de reconhecida militância sindical. Para as categorias maiores, ou naquelas onde haja algum desencontro entre os petistas, a secretaria sindical deverá participar diretamente da organização do encontro.

Brevemente, uma circular do Partido colocará todas estas questões de forma mais precisa. Assim, aos poucos, a questão sindical vai ocupando seu lugar dentro do partido, o que poderá levar a modificações relevantes dentro do PT.

Dando prosseguimento ao debate sobre a questão sindical, **Em Tempo** entrevista Francisco Carlos de Souza, metalúrgico petista de Santo Amaro, São Paulo, um dos principais organizadores de uma experiência para dentro do PT: o núcleo por categoria.

O núcleo dos trabalhadores metalúrgicos de Santo Amaro mantém trabalho de base em várias fábricas; publica boletins e organiza cursos de formação sindical e política para grupos de fábrica.

O núcleo foi o principal patrocinador da secretaria sindical do PT da região, e reúne regularmente vinte a trinta operários.



Como você avalia esta iniciativa do PT de articular a sua intervenção no movimento sindical?

Chico - Isto é uma questão fundamental. Até hoje, o debate sobre o PT, ficou muito naquela de se o PT é um partido ou uma frente. Hoje, este debate já está superado e quando se chega na questão sindical, no tipo de relação que o PT deve ter com o movimento operário, é que as coisas passam a se esclarecer mais.

Desde os sindicalistas, passando pelos intelectuais, pela Igreja, e até pela esquerda organizada, cada um procura fazer valer suas opiniões.

— E, no seu entender, quais são estas opiniões?

Chico - Em primeiro lugar, temos os sindicalistas, em particular os de São Bernardo. Eles acreditam mesmo é no sindicato, pois ele permite um trabalho direto com os trabalhadores. Os sindicatos foram tão importantes na mobilização

Para a burguesia, o sindicalismo é um meio de desviar o potencial revolucionário da classe para transformações dentro da sociedade. Por isso, é fundamental politizar a atuação sindical.

para as greves, na elaboração de propostas mais politizadas como a estabilidade, o congelamento de preços, que o partido acaba sendo visto como algo para as outras lutas que não a sindical.

O sindicato acabou assumindo, além das reivindicações econômicas, reivindicações políticas. Daí o pessoal não dar tanta importância à questão do partido, não se preocupar em fazer também os núcleos por fábrica, seção ou categoria.

De um outro lado, com uma visão diferente, existem alguns setores da Igreja que têm uma concepção de partido como um reflexo das lutas populares. Não é um partido para orientar, para preparar quadros operários com condição de

O PT e o movimento sindical "O PT deve organizar núcleos nas fábricas"

Por Flávio Andrade

dirigir suas lutas. É o tal partido como "caixa de ressonância".

— Mas você tinha falado em três ou quatro opiniões...

Chico - Há uma terceira que coloca a questão da autonomia dos sindicatos em relação aos partidos quase como uma barreira entre o PT e o movimento sindical. Esse pessoal é o mesmo que defende a tal teoria do proletariado ir conseguindo espaços dentro da sociedade burguesa, ir democratizando algumas instituições, ir construindo sua organização sem nunca colocar a questão do poder. Eu acho esta visão muito perigosa, e eu não acredito que ela leve o PT para onde a gente quer que ele vá, ou seja, um PT de luta e mobilização, de organização para, no futuro, tomar o poder.

— Mas como você vê a questão da autonomia dos sindicatos em relação aos partidos?

Chico - Várias pessoas falam nisso, eu também, mas os militantes do partido devem ter uma política única para atuar no movimento sindical, senão vamos sempre levar ferro da pelejada e dos reformistas.

Mas, sobre isso, eu acho que nós temos que partir do seguinte: a classe operária é submetida pela ideologia burguesa numa sociedade como a nossa. É do rompimento com ela que poderemos chegar aonde queremos. A burguesia procura fazer com que no sindicalismo seja colocado em jogo apenas as barganhas do valor da força de trabalho. Nós, os operários entramos aí apenas como uma mercadoria. Para a burguesia, o movimento sindical, o sindicalismo é simples-

mente um jogo para iludir a classe operária. Para eles, o sindicalismo é um meio de desviar o potencial revolucionário da classe para transformações dentro da sociedade. Falar então em autonomia do

A intervenção sindical do PT, unido, articulado, é uma condição até mesmo para manter a unidade do movimento operário.

movimento sindical em relação aos partidos, como se todos os partidos fossem iguais, é não perceber que a tarefa do PT é exatamente provocar o rompimento do sindicalismo com esta situação. Os patrões têm tudo a seu favor. Precisamos ter, pelo menos, um partido nosso, que não esteja debaixo dos pés da burguesia.

— Mas, quem fala em autonomia, aponta a ANAMPOS como um meio para atuar no movimento sindical...

Chico - Eu dou grande importância à ANAMPOS, mas não acredito que ela seja suficiente para cumprir o que o PT deveria cumprir no movimento sindical. O PT precisa crescer junto à classe operária; precisa construir núcleos por categorias, núcleos por fábrica, por local de trabalho.

— Mas, fala-se também que uma intervenção mais agressiva do PT poderia levar a uma polarização artificial do movimento, a uma sectarização...

Chico - Acho que o que pode sectarizar é menos a atuação do partido em si e mais a política a ser levada. Se o PT levar uma política de respeito às entidades; se

procurar dar força à uma intervenção unitária no movimento, mesmo sendo minoritário, não vejo onde poderá haver polarização artificial.

— Uma intervenção sindical agressiva do PT não poderia levar a uma divisão do movimento em partidos e à criação de várias centrais sindicais?

Chico - Acho o contrário disso. O movimento sindical brasileiro viveu muito tempo debaixo da pressão desta estrutura sindical, que sufocou a unidade da classe. O corporativismo é muito forte. Quando as coisas começam a se movimentar, conseguir consolidar uma consciência unitária, conseguir resistir às provocações e manobras dos patrões dos reformistas, não é fácil. É preciso uma consciência muito forte do que se pretende no movimento sindical, da importância da manutenção da unidade. Senão, vai cada um para o seu lado, fazendo sua política. Troca-se a unidade por razões de momento, não se percebe o buraco que se abre dentro da própria classe. Por isso que o PT intervir articulado, unido, é uma condição até mesmo para manter a unidade do movimento operário.

— Então, como o PT deve intervir no movimento sindical?

É na fábrica que se dá a exploração do capitalismo e é lá que temos de consolidar o PT, para que os trabalhadores sintam que este é o seu partido.

Chico - Organizando núcleos por categoria, núcleos por fábrica. É na fábrica que se dá a exploração do capitalismo sobre os trabalhadores. É lá que começa nossa luta, e é lá que nós temos que consolidar o PT, para que os trabalhadores sintam que este é o seu partido; que é preciso transformar esta sociedade numa sociedade diferente, sem explorados ou exploradores.

Palavra de mulher

São três mulheres diferentes. Uma vontade: entender o mundo em que vivem e militam. São três modos, três linguagens: a tese de Rosalina, os poemas de Léia, as memórias de vida de Maria Moraes.

Por Tereza Verardo e Marília Carvalho



Léia

Para entender o cotidiano é preciso vê-lo com olhos de mulher (Leon Trotsky)

Libertar a mulher? Não se trata de simplesmente integrar num programa as reivindicações da metade feminina da humanidade. Um movimento que pretende modificar a sociedade e criar um mundo novo precisa estar convicto de que encarna os interesses universais da humanidade, que vê o mundo pelos olhos dos oprimidos. A modificação radical da sociedade não "liberta a mulher", mas liberta a humanidade de um certo estilo de vida em que o prazer, a poesia são sempre a contrapartida da dominação e da violência.

Em *O Sol e Eles*, Léia Aparecida de Oliveira, metalúrgica do ABC e militante sindical, vê o mundo com olhos de mulher. Com olhos de operária, com A maiúsculo no final. Mais do que isso, com olhos de mulher-operária-poeta.

"O tempo é um mero controle introduzido pelo capital para o cálculo do que se produz, e quanto, por um trabalhador. Quer braçal ou não. A bem dizer o ditado: "tempo é dinheiro". Portanto, o que mais nos falta hoje em dia é tempo, cada vez menos tempo, mais produção e menos dinheiro e, como máquinas, mal nos alimentamos para alimentar outra máquina, e mal descansamos, mal vemos, mal nos encontramos, mal nos amamos, mal sonhamos, mal lemos, mal sobrevivemos. Então torna-se muito difícil falar dos sentimentos que vão em nossas almas atordoadas de pressa e afogadas pelo pouco espaço para se viver. Assim o

poeta morre, sem ao menos ter nascido nos olhos da criança que vê atrás da muralha de cada um de nós, e aí se insurgir detrás das máquinas à procura de cada significado, de cada momento, querendo absorver até a última gota do que nos foi roubado. É um ato de ousadia e loucura quando não há sequer um tempinho pra sentir e interrogar: por quê? Por que tenho que fazer tantas peças? Para onde vão? Pra que servem? Porque nos despedem a hora que querem e nos tiram sindicatos? Por que nos tiram as terras? Por que a cidade? Por que este mundo está assim? Não poderia ser diferente, senão perfeito, mas melhor?

Engolimos tudo às pressas, congestionando nossas mentes e corpos com tanto consumismo que nos lança a máquina da propaganda e tudo porque não há tempo, portanto não se pensa. Aí a busca e a procura do cantar dos pássaros que voam lá pelas árvores afora do dia que ficou distante na infância perdida e o encontro com a trajetória de nossos passos é algo que expresso pode ser duramente ignorado por ser tão fora de nosso tempo. Mas quem aprendeu a voar jamais será podado por uma indiferença de um tempo que não existe e não existem celas nem mortes que possam aprisionar ou matar os sonhos de quem sonha além desse tempo. A poesia subverte todo o momento... (da introdução do seu livro)

• *O Sol e Eles*, Massao Ohno-Roswitha Kempf/ Editores.



Rosalina

Um mundo onde a alegria e o prazer fossem tão importantes quanto a justiça e a igualdade

o homem, o trabalho doméstico, a vida política.

— O que significa este livro para o Movimento de Mulheres hoje?

Rosalina: Pra mim significou a satisfação de uma curiosidade, de saber até que ponto as propostas feministas, as bandeiras de luta estavam presentes no cotidiano das operárias, assim como na sua própria representação de vida. Ele surge a partir de entrevistas com lideranças da classe operária, e a partir do nosso discurso feminista tenta-se entender a relação da mulher operária com o universo. E é no sentido que ele teve de dirimir uma série de dúvidas que eram minhas, e que eu penso devem ser também de várias mulheres que estão no movimento feminista, que está sua contribuição para o movimento.

— Quais são os questionamentos centrais no seu livro?

Rosalina: São três as questões colocadas no movimento de mulheres e que o livro não responde, mas discute. Até que ponto a luta específica das mulheres divide o movimento geral dos trabalhadores; até que ponto a inserção da mulher no mercado de trabalho significa a condição para sua libertação; e por fim, como o capitalismo vem absorvendo a mão de obra da mulher.

• *A Operária Metalúrgica* - Editora Semente, coleção Revelações - SP 1982.

Maria

O que está no fim não é o feminismo, é um certo tipo dele.

Maria Quartim de Moraes, socióloga, uma das fundadoras do grupo Nós Mulheres em 1975 e integrante do S.O.S. Mulher, escolhe a forma de memórias para falar de suas dúvidas e certezas sobre o movimento de mulheres, no livro *Vida de Mulher*. Ela nos diz quase textualmente as palavras de Nietzsche: "Querer ser homem; que ambição minúscula!" Sem menosprezar o que os homens podem vir a ser, mas conscientes dos frag-



mentos que somos hoje, homens e mulheres partidos.

— Qual a importância deste livro para o Movimento de Mulheres?

Maria Moraes: Este livro é um balanço das minhas dúvidas. Pra mim ele encerra uma fase do feminismo, a fase de poder, de estruturas hierárquicas e autoritárias. Eu não quero dividir poder com ninguém simplesmente porque eu não quero

poder. Eu não quero ser liderança de mais nada, eu quero ser Maria. Houve uma fase feminista que foi encerrada, a fase didática. O feminismo começou sobre a influência do marxismo, e isso foi bom. Hoje, o feminismo mudou de qualidade.

— O que é o feminismo hoje?

Maria Moraes: Eu estou ainda fazendo uma releitura do que foi para saber exatamente o que ele vai ser. Antigamente nós tínhamos um modelo que era o homem. Nós queríamos ser iguais a ele para num segundo momento podermos ocupar as funções e o lugar dele. Mas é isso o que queremos? Eu acho que não. Eu ainda não tenho respostas, mas acho que estamos numa fase importante nessa evolução do feminismo e acho que o S.O.S. foi um momento importante nessa evolução.

• *Vida de Mulher* - Editora Marco Zero, coleção Dois Pontos, RJ 1981, que contém também o depoimento de Maria Mendes da Silva, metalúrgica de São Bernardo do Campo.

Federação Maranhense

Recebemos de Imperatriz, no Maranhão, carta de 11 mulheres denunciando "os métodos fascistas" utilizados no I Encontro da Mulher Maranhense, realizado no dia 6 de março, com 1.500 mulheres, que divulgamos para denunciar mais uma vez aqueles que querem utilizar as mulheres e seu movimento em proveito próprio.

Entre outras coisas, elas denunciaram que: "não concordando com o andamento do encontro, pedimos a palavra e quase fomos linchadas"; "não houve discussão em grupos nem em plenário sobre os problemas da mulher"; "a coordenadora do encontro, Dra. Lindalva Amorim, usou aquele momento para realizar um grande comício eleitoral do PMDB", lançando até mesmo sua própria candidatura a deputada estadual; "foi criada a Federação da Mulher Maranhense e escolhida sua diretoria pela própria coordenadora, que se auto-indicou presidente, sem que houvesse qualquer divulgação prévia de que se elegeria a diretoria"; as mulheres presentes foram convocadas à custa de promessas e prêmios e "muitas companheiras vindas de povoados vizinhos, com crianças nos braços, passaram fome e queixaram-se de terem sido enganadas, pois tinham vindo para discutir seus problemas".

Até o momento do fechamento desta edição, cerca de 120 mil estudantes de vários estados do país estavam em greve contra a portaria do MEC que eleva o preço das refeições nas universidades federais para Cr\$ 130,00 e introduz o reajuste semestral. Estavam paralisados os alunos das universidades federais de Santa Maria (RGS), Pelotas (RGS), a UFRGS, a UFMG, a de Juiz de Fora, de São Carlos, do Amazonas e a USP. Em Santa Catarina, na Bahia e em Pernambuco a mobilização era intensa. Cerca de 14 universidades estavam com os seus restaurantes fechados pelo MEC por terem sido tomados pelos estudantes.

No Rio Grande do Sul, a greve geral foi defendida e assumida pela grande maioria das entidades presentes no dia 11 de março ao Conselho Estadual da UEE. Lá, a greve se combina com a preparação do Seminário Estadual de Educação, a ser realizada em maio próximo, e que é preparado conjuntamente com entidades de professores e funcionários. Como maneira de subsidiar o debate, a UEE editou um Caderno do Ensino que está sendo distribuído em todo o Estado.

Em Minas Gerais, a paralisação transbordou em manifestação de rua no dia 17 último, com intensa repressão da Polícia Militar. Uma escolta numerosa de soldados a cavalo e a pé cercaram o local onde seria realizada uma manifestação, fazendo com que os estudantes se dispersassem em passeatas relâmpagos pelas ruas centrais da cidade. De acordo com o presidente da UEE mineira, cerca de dez estudantes chegaram a ser presos neste dia.

Em Manaus e em Brasília, os estudantes ocuparam os restaurantes universitários adminis-

Restaurantes universitários Estudantes vão à greve contra a portaria do MEC

Demonstrando um vigor que ultrapassa em muito as expectativas do MEC, os estudantes brasileiros ameaçam por abaixo a mais grave ofensiva do governo contra o ensino público e gratuito nos últimos anos.



trando os preços para Cr\$ 30,00 e Cr\$ 45,00, respectivamente. Na Universidade de São Paulo, com o restaurante fechado após a invasão, os estudantes recorreram à ocupação do prédio da reitoria reivindicando o atendimento de duas reivindicações: o congelamento dos preços das refeições em Cr\$ 90,00 (o preço

anterior à portaria) e a administração pela própria USP dos restaurantes, tarefa que hoje é aberta à exploração de concessionárias privadas com fins lucrativos.

Impasse

O MEC tem respondido com

diretrizes nacionais à mobilização: enquanto determina o fechamento dos restaurantes ocupados pelos estudantes, avança na implantação da portaria onde a resistência é menor e procura desgastar pelo tempo as universidades em greve. Enquanto isso, o ministro Ludwig explora de todas as formas nos

meios de comunicação os argumentos de que o preço de Cr\$ 130,00 não é tão alto assim e que a portaria só vem corrigir privilégios concedidos a uma minoria já que para os carentes serão feitos preços especiais.

A tática do MEC só evidencia o quanto é suicida a postura assumida pela diretoria da UNE de não aderir a uma proposta de greve nacional e forçar a negociação localizada dos preços através dos DCEs com as reitorias locais. Além de despolitizar o movimento deslocando a polêmica do ensino pago para uma mera barganha de preços — isola e expõe os centros mais combativos do estudantado.

O efeito da proposta da diretoria da UNE é melhor compreendido quando colocado em prática. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a diretoria do DCE desenvolvia intensas negociações com a reitoria já no período de férias, com o objetivo não de barrar a portaria mas de obter o máximo de vantagens dentro dela. Desobedecendo a decisões tomadas em assembleias estudantis, o DCE concluiu um acordo com a reitoria através do qual conseguia a reabertura do restaurante em troca da implantação gradual da portaria. Hoje, esta portaria está parcialmente implantada, com preços escalonados de 15, 30, 60, 130 (professores) e 160 (visitantes) e no dia 1º de abril o reitor deverá definir quais estudantes entrarão também na faixa dos 130.

O enfrentamento dos estudantes com a ditadura entra agora nos seus dias decisivos. O resultado, é claro, terá consequências duradouras sobre o movimento e sobre a implantação do ensino pago. Daí a importância do apelo lançado por duas UEEs e vários DCEs que reproduzimos abaixo.

que só vão ser alcançadas com os estudantes mobilizados.

A compreensão das entidades subscritas é a mesma expressa nas assembleias das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, de São Carlos, de Santa Maria, de Juiz de Fora, de Minas Gerais, de Pernambuco e Estadual de São Paulo: a possibilidade de vitória contra a portaria do MEC não se dá através das lutas isoladas, mas sim da sua unificação nacional num único e vigoroso movimento: **uma greve nacional das universidades atingidas pela portaria, dirigida permanentemente por um comando a partir das entidades, centralizado pela diretoria da UNE.**

A diretoria da UNE simplesmente desconhece o apelo dessas assembleias, ao manter sua política de dispersão e atomização da luta. As entidades subscritas fazem seu apelo de milhares de colegas. É necessário unificar o movimento, é preciso impedir o isolamento das greves, não vamos deixar agora nossa luta ser sufocada em cada universidade. **Fazemos nosso o apelo das assembleias: queremos a greve nacional das escolas atingidas pela portaria.**

**Contra a portaria do MEC
Pelo ensino público e gratuito para todos
UEEs de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.**

DCEs das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, de Santa Maria, de Pelotas, de Brasília, do Mato Grosso do Sul e de São Carlos.

Paulo Cezar, Secr. Geral do DCE da Rural do Rio,
Paulo Roberto Pepe, vice pres. do DCE da USP.

São Paulo, 20 de março de 1982.

A direção da UNE divide o movimento

Mesmo sabendo que sete Universidades estão em greve e oito têm perspectiva de entrar, a diretoria da UNE prossegue sua política suicida. No dia 20 de março, em uma reunião de consulta aos DCEs e UEEs, decidiu que o importante não é politizar a luta e tentar barrar a implantação do ensino pago subjacente a essa portaria.

O importante é negociar

“preços razoáveis” com cada reitoria

e fazer a portaria “letra morta” com essas negociações.

Frente a esse descabro, duas UEEs e seis DCEs decidiram fazer o apelo das assembleias que chamam uma greve nacional das escolas atingidas pela portaria dirigida por um comando a partir das entidades e centralizado pela diretoria da UNE. Abaixo, os principais trechos do documento lançado por estas entidades.

Já há muitos anos, a política educacional do MEC vem no sentido de adequar a Universidade ao projeto político-econômico da ditadura. A portaria n.º 3/82 é o passo mais decisivo para a implementação desta política. Não se trata simplesmente da majoração dos preços dos restaurantes universitários. O corte de Cr\$ 1,4 bilhões de verba para a assistência, a discriminação do estudante entre carente e não carente, o aumento semestral, e a sua aplicação explicitamente centralizada pelo MEC demonstram claramente a intenção de implantar o ensino pago nas universidades federais do Brasil a partir do próximo ano. As declarações do próprio ministro e de vários reitores nesse sentido foram bastante claras.

A resposta dos estudantes até agora tem sido de luta. Em todo o país os estudantes têm se mobilizado, realizado passeatas, boicotes, invadido restaurantes. Sete universidades já estão em greve (Federal do Rio Grande do Sul, de Santa Maria, de Minas Gerais, de Juiz de Fora, do Amazonas, de Pelotas e a Estadual de São Paulo), e mais oito ainda têm perspectiva de greve ainda esta semana.

Frente a este movimento a diretoria da UNE tem defendido somente a negociação localizada com as reitorias ou a defesa da “greve em algumas escolas” sem apontar para a unificação do movimento. A diretoria apresenta como vitória e como exemplo a ser seguido a protelação, até o final do mês, da aplicação da portaria, conseguida em algumas escolas (Universidade Federal de Santa Catarina, de Alagoas, do Rio de Janeiro e Fluminense) sem analisar que isto é apenas uma forma paliativa e temporária que não ataca o centro do problema. Assim nosso movimento

fica dividido e sem uma orientação definida.

Na discussão da diretoria da UNE com os DCEs (consultiva, aliás), surgiram claramente duas posições. Uma, expressa pela diretoria da UNE, que apresenta o nosso movimento como amplamente vitorioso, o ministro como desesperado, os reitores todos do nosso lado e direciona o movimento para a negociação localizada dos aumentos dos preços e “até a greve onde for necessária”. Outra, a posição defendida pelas entidades que assinam esta

nota: a política centralizada do MEC de implantação do ensino pago deve ser combatida de maneira unificada pelos estudantes de todo o Brasil. A recuperação das verbas dos subsídios cortadas pela portaria, o bloqueio da divisão dos estudantes, do reajuste semestral, e o fim da portaria só poderão ser conquistados na luta global contra o MEC. Isto não descarta a negociação a nível de cada reitoria, porém este não é um objetivo, mas um meio de conseguir nossas reivindicações,